Pontifícia Universidade Católica do Paraná

UM JEITO PRÓPRIO DE SERVIR

Portas Abertas para a Comunidade

Coleção Institucional, 3

Curitiba
2005

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR

GRÃ-CHANCELARIA
Grão-Chanceler: Dom Moacyr José Vitti

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC
Presidente: Dario Bortolini
Vice-Presidente: Frederico Unterberger

REITORIA
Reitor: Clemente Ivo Juliatto
Vice-Reitor: João Oleynik

PRÓ-REITORIAS
Pró-Reitora de Graduação: Neuza Aparecida Ramos
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Bortolozzi
Pró-Reitor Comunitário e de Extensão: Adilson Moraes Seixas
Pró-Reitor Administrativo: Marco Antônio Barbosa Cândido
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Roberto Borges França

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

UM JEITO PRÓPRIO DE SERVIR

Portas Abertas para a Comunidade

Coleção Institucional, 3

Coordenação Geral
Clemente Ivo Juliatto

Redação
Clemente Ivo Juliatto
Heloísa Lück
Paulo Eduardo de Oliveira

Colaboração
Adilson Moraes Seixas
Jayme Ferreira Bueno
Norma Teresa de Souza Coelho

Editora Universitária Champagnat

CURITIBA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

J94 Um jeito próprio de servir: portas abertas para a comunidade
2005 / Clemente Ivo Juliatto (Coord.) ;
Redação de Clemente Ivo Juliatto; Heloísa Lück; Paulo Eduardo de Oliveira ; Colaboradores, Adilson Moraes Seixas et al. – Curitiba : Champagnat, 2005.
100 p. : 21 cm (Coleção Institucional, 3).

Inclui bibliografias
ISBN – 85-7292-139-7

1. Extensão universitária - Brasil. 2. Educação. I. Título. II. Champagnat

CDD 378.1554
CDU 378

Editora Universitária Champagnat
Rua Imaculada Conceição, 1155 (Prado Velho)
Curitiba (PR) - CEP 80215 - 901
Telefone (0XX 41) 3271 1769 Fax 3271 1770
E-mail: editora.champagnat@pucpr.br

"Cada Universidade Católica deve sentir a responsabilidade de contribuir concretamente para o progresso da sociedade na qual trabalha".

João Paulo II
Constituição Apostólica
Ex Corde Ecclesiae, n.º 34

SUMÁRIO

Apresentação 9

Introdução 13

A extensão universitária: seu significado e seus objetivos ... 23
1. Extensão: um espaço de expressão da responsabilidade social da universidade 24
2. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão 26
3. A fundamentação legal da extensão universitária 33
4. A fundamentação teórica da extensão 36
5. Algumas restrições à prática de extensão universitária 40
6. Construindo a via de mão dupla 44

A extensão universitária na PUCPR 49
1. Princípios norteadores da extensão universitária 51
2. Estratégias para a extensão universitária 55
3. O financiamento da extensão universitária 57

Dimensões da extensão e ação comunitária na PUCPR 61
1. Educação continuada e permanente 61
2. Difusão de conhecimentos universitários 62
3. Ação comunitária 63
    3.1. Ações na comunidade interna 64
    3.2. Ações na comunidade externa 67
3.3. Ações externas ao *campus* 72
4. Formação cultural 75
5. Prestação de serviços 77
6. Pastoral da Universidade 78
7. Lumen – Centro de Comunicação 79

Acompanhamento e avaliação da extensão universitária 83

Implementação da extensão universitária 87
1. Análise e reconhecimento de benefícios 89
2. Adoção de atitude proativa e sensível 90
3. Comunicação contínua com os atores e formação de equipe ... 90
4. Adoção de abordagem interativa e de reciprocidade 90
5. Articulação e manejo de forças de poder 91

Considerações finais 95

Referências 97

APRESENTAÇÃO

Novos horizontes, novas demandas, novos desafios em todas as áreas de atuação humana: este é o quadro que traduz o modo de ser e de fazer da sociedade atual, que a move e que a estimula. Estados, organizações e pessoas se movimentam e reagem diante de tal quadro. Todos procuram superar suas limitações, antecipar-se aos próprios desafios. Do mesmo modo, querem desenvolver novas possibilidades de contribuir com a formação de um mundo cujo ritmo de mudança se acelera a ponto de escapar, muitas vezes, ao controle humano. Tal ritmo parece dominar, em algumas circunstâncias, o modo como a sociedade se desenvolve, em vez de ser controlado por ela.

Nesse contexto de mudanças, organizações se aprimoram rapidamente na busca de responder aos novos apelos por qualidade e competência na realização de seus objetivos sociais. Ao fazê-lo, no entanto, algumas delas se envolvem simplesmente em um ritmo e processo acrítico e sem reflexão, pelo qual correm o risco de se fragmentarem e de perderem a sua identidade e os valores sociais que as justificariam. Passam, então, a fazer parte da massa, do *status quo*, do modo inconsistente e despersonificado de ser e de fazer.

As universidades procuram se situar em posição contrária a esta atitude conformista. Cabe-lhes um papel de reflexão criteriosa sobre essas demandas, de modo a não só contribuir significativamente para o aprimoramento da sociedade, como também instigar e colaborar para que ele ocorra na direção que melhor possa promover o bem-estar humano, o desenvolvimento pleno das pessoas, associadas cooperativamente em grupos e organizações saudáveis, solidárias e realizadoras.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, nesse sentido, procura atuar de maneira consistente e com visão avançada. Seus pontos de apoio são: um contínuo processo de revisão crítica de suas posições e ações; a permanente capacitação de seus profissionais; o planejamento estratégico; a proposição de um projeto pedagógico ao mesmo tempo ousado e compromissado com a transformação da sociedade; a explicitação e conscientização de sua identidade e missão.

Orientando-se por um elevado espírito humanista e cristão e, ao mesmo tempo, por uma visão estratégica com bases científicas, a PUCPR redimensiona o seu papel na comunidade. Estabelece novas formas de organização e operacionalização de seu trabalho e se revitaliza para dar mais impulso às suas ações voltadas para a formação de profissionais conscientes, solidários e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

Assim, nos últimos 10 anos, a PUCPR propôs e assumiu novos níveis de qualidade: criou diversos cursos de Mestrado e Doutorado e expandiu a pós-graduação *lato sensu*; adotou uma política de qualificação de seu corpo docente e administrativo e modernizou os seus mecanismos de gestão, para tornar todos os seus setores e áreas de atuação mais competentes e ágeis no atendimento das novas demandas por qualidade; reviu o seu currículo a partir da definição de um novo projeto pedagógico; do mesmo modo, estabeleceu em todas as suas ações o espírito da renovação, para fazer face às exigências da sociedade globalizada do conhecimento.

Além disso, abriu novos *campi*, para ampliar a oferta de seus serviços à comunidade paranaense; investiu na área de saúde, por meio da aliança com a Santa Casa; incrementou a área de comunicação, com a consolidação do Lumen Centro de Comunicação. Mais ainda: implementou o Projeto Comunitário e intensificou a atuação do Programa de Ação Comunitária e Ambiental - ProAção.

Tudo tem sido realizado com um elevado espírito comunitário de inspiração cristã que caracteriza a PUCPR. Documentos publicados têm por objetivo registrar, disseminar e inspirar novas, melhores e mais consistentes formas de ação. Entre tais publicações, destacam-se: *Diretrizes para o Ensino de Graduação*: Projeto Pedagógico (2000); *Um jeito próprio de educar*: a formação cristã na PUCPR (2002); *Um jeito próprio de cuidar*: reflexões para a área de saúde (2005); *Um jeito próprio de comunicar*: reflexões para a área de comunicação (2005).

Este mesmo espírito se traduz e se desdobra na orientação da *extensão universitária* que o presente documento busca captar, sistematizar e apresentar para a comunidade universitária. O que se pretende com esta publicação é oferecer um balizamento, uma

orientação para dar unidade e direcionamento ao conjunto de ações de extensão que são promovidas nos mais diversos setores da Universidade. As proposições aqui apresentadas têm o objetivo de servir como subsídio para o delineamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de ações de extensão universitária, a fim de que elas venham a corresponder, efetivamente, à identidade e à missão da PUCPR.

Como documento institucional, esta publicação não pretende ser um conjunto de proposições fechadas, mas sim, de concepção aberta por sua vinculação a um tempo histórico e pela inserção comprometida da PUCPR com a sociedade brasileira, em especial a paranaense. Nosso desejo é que estas reflexões contribuam para promover o espírito de responsabilidade social e de sintonia com a comunidade.

O título - *Um jeito próprio de servir*: portas abertas para a comunidade - brotou naturalmente desse desejo e desse projeto. O teor do trabalho é o resultado da contribuição de muitos educadores idealistas e comprometidos com uma universidade dinâmica e responsiva que faça diferença para a sociedade que a sustenta.

O semeador semeia porque tem esperança e sonhos de que os frutos um dia virão. Sejamos sonhadores, sem deixar de colocar nossas mãos a serviço da construção de um mundo melhor para todos.

Clemente Ivo Juliatto
Reitor

INTRODUÇÃO

As universidades foram, por muito tempo, estereotipadas como "torres de marfim". Eram vistas como instituições isoladas e orientadas por uma visão de mundo própria, destituídas de sensibilidade em relação à sociedade que as criava, legitimava e sustentava. Ao se voltarem apenas para dentro de si mesmas, podem constituir um verdadeiro gueto social. Dessa forma, deixam de contribuir para que o nível cultural da sociedade seja elevado, mantendo uma prática de ensino e pesquisa sem relevância social.

O ensino constituiu a função mais evidente das universidades ao propor-se a repassar para os seus estudantes o saber sistematizado, para formar profissionais de nível superior. De fato, a universidade, como instituição centrada no conhecimento especializado, rigoroso e aprofundado, nasce na Idade Média, estruturada como centro de estudos e de ensino superior de teologia, filosofia, direito e medicina. Com o passar do tempo, chega a assumir a função de formar os quadros superiores da sociedade.

A universidade, contudo, foi recebendo apelos e estímulo para a mudança desse antigo modelo, em decorrência da própria transformação da sociedade. As mudanças políticas e econômicas estabeleceram novas condições de organização social e do trabalho humano, associadas a uma desconcentração de bens e de poder, a partir de lutas e de movimentos sociais em diversos âmbitos. Essa desconcentração exigiu, por sua vez, um novo tipo de conhecimento e um novo tipo de formação. A produção do conhecimento deixou, então, de ser vista como resultado de pura e mera reflexão especulativa, e passou a ser elaborada a partir da observação mediante novos *métodos científicos*.

A revolução científica operada nos séculos XVI e XVII por Nicolau Copérnico, Francis Bacon e Galileu Galilei, dentre outros, abriu caminho para a secularização do conhecimento. Por secularização entende-se o processo pelo qual a concepção teocêntrica (o transcendente é o princípio explicativo de todas as coisas) dá lugar a um modo "profano", "materialista" ou "mundano" de ver e compreender a realidade. Tal

mudança veio promovendo, ao longo dos séculos, uma maior democratização do processo de construção do conhecimento, o que permitiu a aproximação das universidades com a sociedade. De um saber teorético, passou-se a um modelo de ciência comprometido com a solução dos problemas sociais.

De fato, já mesmo a partir da Idade Média, a universidade começa a aprofundar estudos em ciências naturais, influenciada pelo Renascimento, o que contribuiu para o desenvolvimento da ciência moderna. Ela desenvolveu, então, a função da *pesquisa*, e objetivou a ampliação e o aprofundamento do acervo de conhecimentos disponíveis. Passou não apenas a organizar e sistematizar os conhecimentos, mas também, a produzi-los. Surge, assim, o estudioso leigo que, muitas vezes, no entanto, é acusado de ter-se fechado dentro da universidade e assim manter um modelo de instituição voltada para si mesma, sem contato com a realidade (daí a expressão "torre de marfim").

Muitos historiadores afirmam que o movimento da revolução científica dos séculos XVI e XVII desenvolveu-se consideravelmente fora das universidades da época. Mesmo assim, algumas universidades, como Pádua (onde Galileu Galilei desenvolvia seus estudos) e Cambridge (onde Isaac Newton, por sua vez, realizava suas pesquisas), participaram dessa revolução com contribuições extremamente significativas (PYENSON e PYENSON, 1999).

Na origem da universidade brasileira, cabe destacar a influência de duas instituições européias: a Universidade Imperial, fundada por Napoleão, no início do século XIX, e a Universidade Alemã, fundada por Humboldt, em meados desse mesmo século. Enquanto a primeira se destaca por ser altamente hierarquizada, centralizada e elitista, a segunda passa a dar grande importância à pesquisa, por ter surgido com uma dupla determinação: contribuir para o desenvolvimento do país e salvaguardar a cultura alemã. Como o ensino era considerado mais estático, por seu papel de transmissão de conhecimentos, a pesquisa recebia maior notoriedade por seu caráter dinâmico de produção do conhecimento.

O modelo humboldtiano é reconhecido como básico para o estabelecimento de uma identidade universitária mais comprometida

com a sociedade. Exemplo disso é o fato de o progresso técnico e industrial da Alemanha ter resultado da capacitação científica dos profissionais egressos das suas universidades. Essa circunstância mostra que, pela pesquisa, as universidades manteriam certa vinculação com a realidade e teriam condições de contribuir mais para o seu desenvolvimento (MONREAL, 1978). Porém, é também evidenciado que não bastam a pesquisa e a formação pela pesquisa. É necessário, ao promover esse trabalho, a vinculação direta com as problemáticas de desenvolvimento existentes na sociedade.

No entanto, ainda é comum criticar-se a universidade como local privilegiado de pensamento, de construção do conhecimento e de visão universal do mundo. Assim, as universidades parecem estar descomprometidas em relação aos dramas, aos desafios e às necessidades da sociedade. Vale dizer que, sobre essa mesma realidade, as universidades assumiram a tarefa de *crítica social* como um de seus mais importantes papéis.

A partir desse enfoque, as instituições universitárias se desenvolveram sob a crença de que o conhecimento, por si só, é um *valor social* importante. Isso justificava a necessidade de uma estrutura independente para produzir o conhecimento. Em decorrência disso, o papel fundamental da universidade seria a reflexão sobre as questões fundamentais da vida: a metafísica, as ciências sociais e as ciências naturais (HUTCHINS, 1965), bens culturais a serem cultivados por si e em si mesmos.

A busca do rigor científico e do pensamento filosófico puro é considerada fator que teria contribuído para tornar as universidades instituições fechadas e isoladas. Com ela, estabeleceu-se uma atitude dogmática que beirava, por vezes, ao autoritarismo e ao totalitarismo.

Há, porém, registros históricos da evolução da universidade como uma instituição que “evolui com a sociedade e não se define antes ou independentemente da sociedade, mas em relação a ela”, conforme é indicado por Georgen (*in* Fagundes, 1986, p. 107). Essas relações e compromissos sociais são identificados como tendo ocorrido desde a Idade Média e com passagem por outros contextos mais próximos, conforme exemplificados a seguir:

> A universidade medieval, sob a tutela do Papa, não estava tão alheia em relação ao seu contexto. Dela saíram os especialistas em filosofia, em teologia e em direito civil ou canônico que formavam os quadros que sustentavam a Igreja durante toda a cristandade. Do mesmo modo, a universidade francesa moderna, sob o império napoleônico, é incumbida de responder às exigências da Revolução Industrial no que tange à transmissão de um novo saber e à formação dos quadros de que Napoleão necessitava para consolidar o Estado Nacional. A universidade inglesa ocupou-se, num primeiro momento, com a educação da nobreza e da elite, destinadas aos cargos governamentais, passando, sob o impulso da Revolução Industrial, a preocupar-se com a formação de técnicos especializados. (FAGUNDES, 1986, p. 107)

Foi no século passado, no entanto, que a universidade ganhou maior ímpeto de mudança de seu papel social, impulsionada pelas transformações sociais causadas pela revolução industrial e por um novo arranjo entre as nações e os povos. Passou-se a considerar, então, que a questão mais urgente da universidade contemporânea seria o estabelecimento de um forte, direto e evidente grau de participação na sociedade, para que pudesse atuar de forma significativa para o seu desenvolvimento mediante um leque maior, mais dinâmico e mais direto de contribuição e participação. Daí, precisamente, a universidade passa a construir programas de extensão para a sociedade, com o acervo de conhecimento que constrói. Assim estabelece um movimento circular de retroalimentação contínua.

Nessa nova posição, a universidade passa a assumir um papel de agente de mudança social, papel esse dependente de sua capacidade criativa e empreendedora de focalizar e atender às demandas de uma nova sociedade, uma nova época, com um olhar atento aos movimentos e às tendências atuais.

No entanto, mesmo com o esforço de vinculação da universidade com a realidade e apesar das transformações ocorridas, restam ainda acusações de que as universidades construíram uma identidade e um papel distanciados das problemáticas sociais e descomprometidos com os esforços e as condições com que os cidadãos, as organizações e os

governos se defrontavam em seu processo de sobrevivência e de desenvolvimento. Parece ter ficado aquela marca de distanciamento na memória da vida universitária, avivando-se, de quando em vez, aqui e ali, como que a querer manifestar-se ainda.

Portanto, a universidade veio mudando e de forma visível, sobremodo a partir do século XIX, de forma diferenciada de país para país e de instituição para instituição, a partir da consciência de que ela existe "na" e "para a" sociedade e não, justamente, o inverso.

Na medida em que as universidades não entenderam a lógica do contexto socioeconômico e cultural em que se encontravam, elas se fecharam em si mesmas, tornando-se conservadoras e arrogantes. Deixaram, assim, de ter condições para se renovar – circunstância fundamental da sua subsistência e razão de ser em um mundo dinâmico, caracterizado por processos de rápida e intensa mudança. Essa prática, felizmente, não constituiu regra geral.

A melhor forma de as instituições universitárias permanecerem vitais para a sociedade e de contribuírem de forma significativa para o desenvolvimento não é adotando a postura única, distanciada e exclusiva, de crítica social. Mas, sim, assumindo o preponderante papel de educadora e o genuíno compromisso de inserção e responsabilidade social. Nisso se insere a função da extensão universitária. Tal é a conclusão de estudos realizados em instituições de ensino superior em países dos vários continentes (THOMPSON e FOGEL, 1976). A extensão, portanto, passa a ser compreendida como importante função sobre a qual se assentam a própria vitalidade e o espírito de renovação das universidades. Cabe lembrar que é justamente esse trabalho que dá legitimidade à função crítica da universidade: sem ele, as críticas seriam simples expressão de arrogância.

A concepção mais genuína de universidade é aquela segundo a qual a instituição se ocupa de matérias e assuntos que nascem de circunstâncias históricas próprias, de um momento e de um lugar determinados, a partir de uma atitude de sensibilidade para a vida do ser humano no conjunto de que participa e ajuda a construir (MONREAL, 1978). Uma universidade moderna situa-se, por conseguinte, em um espaço socioeconômico-cultural no qual, por

sua atuação em acordo com as necessidades determinadas historicamente, legitima sua razão de ser, estabelecendo uma relação de mútua colaboração.

Nesse contexto, como instituição social, a universidade recebe da sociedade o credenciamento para, a partir da construção e sistematização de conhecimentos sólidos e bem estruturados, promover a formação de profissionais-cidadãos competentes, como também a prestação de serviços diversos. Vale dizer que, pela realização associada da pesquisa, do ensino e da extensão – envolvendo educação continuada, serviços comunitários, consultoria, realização de eventos culturais e científicos, dentre outros – a universidade constrói e consolida sua *identidade social*. A sintonia social passa a ser o grande indicador da qualidade de uma universidade.

A função da extensão, em especial, constitui aquela pela qual a universidade se democratiza, abrindo-se para a comunidade e se retro-alimentando. É por essa função que ela conserva a necessária *sintonia social*, por meio da qual promove a formação integral para os seus alunos e constrói conhecimentos mais diretamente vinculados à realidade social.

A universidade, como centro superior de produção e conservação do conhecimento, de elaboração científica e de formação humana, precisa manter-se em contínua e íntima comunicação recíproca com o seu ambiente social. Isso requer sensibilidade aos seus movimentos, anseios e necessidades. Deve responder a eles de modo inteligente e com perspectivas transformadoras. Compete-lhe, assim, penetrar nos problemas sociais vigentes, com visão ampla e aprofundada, de modo a apresentar soluções ou perspectivas de superação.

Na realidade socioeconômica-cultural reside um verdadeiro laboratório da problemática social sobre a qual compete à universidade se debruçar. Não para simples *compreensão da realidade*, mas principalmente para a promoção de um modelo de educação responsável e consistente, com base no compromisso social associado ao saber científico e técnico. Para isso, muito contribui a extensão universitária.

Deve-se considerar que a extensão é mais destacada nos países do chamado terceiro mundo, em virtude das dificuldades sociais e econômicas que apresentam. Em outros países, cujos problemas sociais parecem estar já resolvidos, a universidade prioriza outros aspectos de sua atuação.

“Se os teus projetos forem para um ano, semeia grãos. Se forem para dez anos, planta árvores. Se forem para cem anos, educa o povo”.

(Provérbio Chinês)

Portal de entrada da PUCPR – Campus *Curitiba*

Foto: João Gilberto Viana Borges

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SEU SIGNIFICADO E SEUS OBJETIVOS

A extensão universitária surge, como vimos, em decorrência natural das transformações ocorridas no modo de construir o conhecimento e conhecer a realidade, assim como das alterações sociais acentuadas a partir da revolução industrial. Tais mudanças transformaram o próprio papel da universidade em relação ao seu compromisso social. Cabe ressaltar que ao surgimento da extensão está também associada a transformação do significado de pesquisa e de ensino. Essas atividades deixam de ser vinculadas a paradigmas fechados e autocentrados e passam a atender às demandas de desenvolvimento da sociedade (PEREIRA, 1989).

Portanto, a extensão não representa uma função que é acrescentada à universidade como forma de *superar tradicionais limitações do ensino e da pesquisa* e, por conseguinte, de minimizar as dificuldades em cumprir o seu papel com a sociedade (BOTOMÉ, 1996).

Representa, sim, um novo desdobramento que surge no contexto de mudanças dos significados de ensino e pesquisa, que se transformam de modo a estabelecerem maiores vínculos com a sociedade. Demandam novos canais de comunicação e de participação. Caso isso não tivesse ocorrido (ou nos casos em que isso não ocorreu), a extensão se tornaria vazia, destituída de caráter transformador, uma vez que não se pode estender para a sociedade o que não se tem e não se vive internamente (SAVI, 1987).

Muitos são os conceitos e significados propostos para a extensão universitária e vários, também, são os trabalhos que criticam os conceitos e significados a ela atribuídos. Em vista disso, não há consenso na literatura a respeito (SAVI, 1987). Não cabe analisar, neste documento, os meandros e as várias nuances das discussões. Conforme Durham (1986, p. 25), “não há por que estar permanentemente denunciando esse estado de coisas, sem ver o seu lado positivo”. Consideraremos as limitações existentes, a fim de evitar uma prática acrítica, ativista, messiânica ou paternalista, como a extensão, por vezes, é vista.

Portanto, a seguir são apresentadas e discutidas algumas idéias e concepções sobre a extensão universitária, com o objetivo de construir um melhor entendimento sobre a questão, de modo a estabelecer perspectivas e referenciais que possam orientar sua realização. Considera-se a questão de forma aberta, uma vez que sua própria prática, realizada de forma flexível e reflexiva – associada a um processo de investigação, monitoramento e avaliação –, pode e deve gerar novos referenciais conceituais e novos significados, numa frutuosa relação entre teoria e prática.

A extensão realizada a partir de uma compreensão lúcida, com clareza de propósitos e com base em sólidos princípios, constitui condição pela qual a universidade se abre para a comunidade, para construir e solidificar sua identidade institucional. Conforme afirma Brandão (1992, p. 3),

"a extensão é conceito de otimização da universidade em proveito do desenvolvimento da comunidade onde está inserida". Ela constitui, sem dúvida, importante mecanismo pelo qual se estabelece a permanente interação e sintonia entre a universidade e a sociedade.

1. Extensão: um espaço de articulação e expressão da responsabilidade social da universidade

A educação superior, em seu sentido mais amplo, tem como cerne a formação da consciência e responsabilidade social dos cidadãos e das instituições. Vale dizer que se assenta no comprometimento com a melhoria da sociedade. Isso corresponde à expressão da responsabilidade social da instituição, de seus dirigentes, de seus cursos, de seus docentes e de seus alunos, todos aqueles que nela atuam e que dela participam.

Na PUCPR, busca-se promover esse entendimento com base em ações coordenadas e estimuladas pela Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão. Esse setor específico garante liderança e coordenação para mobilizar o talento, a energia e o trabalho de professores, estudantes e da comunidade acadêmica em geral, para a construção de uma experiência comunitária fecunda e diferenciada.

A responsabilidade social não é exclusividade da universidade. Ela é inerente a toda organização ou instituição e a todo cidadão. Numa universidade católica e comunitária, no entanto, essa responsabilidade constitui elemento fortalecedor da sua identidade.

A universidade faz parte da sociedade. Nela, encontra a base de sua existência e a possibilidade de acumular e transformar conhecimentos que, finalmente, são repassados à mesma sociedade. Acontece o mesmo com as pessoas que nela atuam: por terem o privilégio de se envolverem em experiências diferenciadas e, a partir delas, usufruírem de novos conhecimentos, devolvem à sociedade aquilo que dela recebem. Em decorrência, ao receberem esse bônus social, a universidade e seus profissionais adquirem uma responsabilidade especial: a de compartilhar com a sociedade os benefícios da ciência e da cultura. Assim, mantém-se o ciclo contínuo e interativo do dar-receber-construir.

De fato, em todos os documentos sobre a extensão universitária, é evidenciado o sentido precípuo de vinculação da universidade com a sociedade. É esse vínculo que contribui diretamente para o seu desenvolvimento, como forma de efetivação da missão social da instituição.

Tal enfoque traduz o compromisso com a democratização do seu capital intelectual, dos seus saberes, para a procura da redução e da superação das desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, a extensão universitária é considerada a "âncora indispensável para o mergulho da universidade no seio da sociedade a que pertence"(PEREIRA, 1989, p. 290).

É importante ressaltar que tal perspectiva não desobriga o ensino e a pesquisa da mesma responsabilidade social. Isso se compreende pela necessidade de se superar a visão tradicional de ensino como transmissão e reprodução de conhecimentos já adquiridos. E este desafio é assumido pela busca da produção do conhecimento, simultaneamente à contribuição para a transformação da sociedade. Só assim, o ensino e a pesquisa adotam os desafios dos seres humanos e das organizações como fonte e base de investigação (REIS, 1983).

Há quem sugira que o que se propõe como ação de extensão universitária seja uma característica, uma parte, etapa ou espaço próprio das funções de ensino e de pesquisa (BOTOMÉ, 1996) e que seja implementada como forma de tornar estas funções mais conectadas e compromissadas com a realidade e responsabilidade social da universidade.

Nesse caso, seria melhor que o ensino e a pesquisa fossem realizados de maneira plena, em cuja circunstância não seria necessário o destaque da função específica da extensão e nem de um setor para coordená-la. Esse entendimento, contudo, permite considerar a extensão como simples justaposição às demais funções, um acréscimo para fazer o que as outras funções não fazem, embora devessem fazê-lo.

2. A inter-relação do ensino, da pesquisa e da extensão

Desde 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, estabeleceu-se que a educação de nível superior deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a função tríplice de investigar, com o objetivo de elaborar e criar a ciência, de transmitir esses conhecimentos e de popularizá-los pela extensão universitária. Assim, desde essa data, são associadas, entre si, as funções de ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se a extensão de uma função relativamente nova na universidade e que, por isso, necessita ser continuamente explicada e interpretada. Fagundes (1986, p. 109) indica que a universidade evoluiu sem a extensão durante muitos séculos e indica também que essa função “só se justifica na medida em que acrescenta algo diferente àquilo que a universidade vem realizando em seu contexto histórico, através de suas funções de ensino e pesquisa”.

Não deve, segundo esse mesmo autor, no entanto, substituí-las, sobrepor-se a elas ou fazer as mesmas coisas que elas fazem. Não deve, também, exercer uma ação supletiva ou complementar. E afirma: “a verdadeira função da extensão é a de fazer com que a universidade assuma uma nova postura e reoriente o ensino e a pesquisa, socializando os seus benefícios” (FAGUNDES, 1986, p. 110).

Um alerta destacado em inúmeras fontes (e.g. SOUZA, 1983; ENCONTRO NACIONAL DE UNIVERSIDADES, 1999) é o de que as atividades de extensão não podem ser vistas como função paralela e dissociada do ensino e da pesquisa. Deve, sim, realizar-se como fonte permanente de atualização dos conhecimentos e caminhos para promover a formação do ser humano integral e produzir conhecimentos significativos para a sociedade.

Segundo Castro (1999), a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é necessária, a fim de que se produza uma prática educativa crítica e renovada em cada uma dessas dimensões. Desse modo, em conjunto e reciprocamente, pode-se ganhar maior vitalidade pelo significado social e vinculação com os anseios e necessidade de desenvolvimento da comunidade.

A esse respeito, é importante lembrar que as práticas da extensão, do ensino e da pesquisa pressupõem a consciência de que todas elas são funções inter-relacionadas. E mais: esse inter-relacionamento se dá não no sentido apenas de uma contribuir para a outra, mas sim no de que elas são interinfluentes, realizadas a partir de uma mesma concepção de compromisso social, de responsabilidade com a construção e disseminação do conhecimento e de formação humana.

Cabe ressaltar, no entanto, que estes pressupostos estabelecem o pano de fundo sobre o qual são tecidos os diferentes matizes e formas de expressão da prática universitária, dando-lhes unidade e, ao mesmo tempo, caracterizando a possibilidade de sua existência. Vale dizer que constitui o fundo comum do tapete em que são costuradas as diferentes ações universitárias e que, portanto, necessita dos diferentes desdobramentos para expressar a sua identidade una, mas também versátil, densa, rica e dinâmica.

A extensão, sem retirar ou substituir qualquer compromisso social que o ensino e a pesquisa devem ter, contribui dando cores e formas novas ao corpo da universidade, por se vincular à sua essência. Assim, a extensão pode, entre outros aspectos, “servir como mecanismo de auto-avaliação para o ensino e para a pesquisa e como forma de restauração de sua prática social”, conforme afirma Souza (1983, p.

55). Trata-se, isso sim, de uma forma e condição privilegiadas para explicitar o ideário do ensino e da pesquisa.

É importante evidenciar que ensino e pesquisa têm sido, em muitas circunstâncias, dissociados entre si, não se articulando de forma a se *oxigenar* reciprocamente. Não teria, pois, o simples acréscimo da extensão, nesse quadro, o papel de promover a articulação entre as duas outras funções. Pode ela, no entanto, contribuir para a reflexão necessária à identificação de elementos e condições capazes de favorecer essa articulação. O que o estatuto legal estabelece e a lógica aponta é que se promova essa articulação e que a extensão, ao ser planejada e implementada, o seja em estreita vinculação com as duas outras funções.

Desse modo, pode ela sim contribuir para esse objetivo, não tendo, no entanto, a responsabilidade e o encargo único ou superior nesse processo. Portanto, concomitantemente à introdução da extensão na universidade está a renovação do espírito que norteie as suas funções de ensino e de pesquisa.

Antes e acima de cada uma das três funções – e norteando todas elas – está a identificação da responsabilidade social da universidade de servir a sociedade que a legitima e sustenta, a partir de compromissos diversos, dentre os quais se destacam aqueles:

- com a geração do saber e do fazer, com a construção da história e da cultura;
- com uma visão de educação aberta à comunidade, à possibilidade de sua co-participação na formulação e execução dos conteúdos da educação;
- em produzir e trocar saber, construir conhecimentos comprometidos com própria dinâmica da transformação social;
- de democratizar o saber, preparando indivíduos capazes de gerar soluções que encurtem caminhos, reduzindo e superando desigualdades no processo de desenvolvimento nacional;

- com a redução das desigualdades socioeconômicas regionais e nacionais, notadamente mediante a sensibilidade para com os desfavorecidos e marginalizados (REIS, 1983).

A idéia de promoção da qualidade de ensino está certamente associada à inserção da universidade em seu meio, pelas ações de suas áreas diversas de atuação. Mediante a renovação da mentalidade e forma de ser e de fazer de seus docentes e responsáveis supera o conceito e a visão limitados de sala de aula e laboratórios como espaços únicos de aprendizagem e de construção de conhecimento.

Assim, a aprendizagem tem nesses espaços apenas um local físico de onde se lançam as sementes e as diretrizes fundamentais de um processo aberto e contínuo de busca de compreensão da realidade sobre a qual se irá atuar. Nesse sentido, a sala de aula deixaria de ser o local fechado e exclusivo onde se reuniriam, em condições supostamente ideais de estudo, alunos e professores para se envolverem em processos de aprendizagem e produção de conhecimentos, de acordo com seus interesses imediatos.

Alargando-se os horizontes e a visão de mundo, a sala de aula poderia ser qualquer ambiente ou local onde fosse possível realizar observações, inferências e sistematizar conhecimento. A comunidade seria, portanto, o fértil e rico ambiente para a produção de aprendizagens e conhecimentos significativos. Nesse caso, as “aulas”, isto é, situações de aprendizagem e construção/reconstrução de conhecimento seriam processos educativos compartilhados, que expressariam um novo espírito de construir saberes e fazeres contextualizados, historicamente situados e, portanto, plenos de possibilidade de mobilização da energia humana na ação transformadora das condições econômica, social, cultural e política.

A pesquisa, por sua vez, para ser significativa e poder superar a prática de diletantismo acadêmico, ou idiossincrasia do pesquisador, precisa, no dizer de Demo (1980, p. 28), “ter, pelo menos, sabor de capacidade de intervenção na realidade”, ter utilidade social, sem ser utilitarista. Por outro lado, o pesquisador precisaria “também se submeter à avaliação geral da sociedade e perceber que é componente socialmente condicionado” (DEMO, 1980, p. 29) e que, para ser um

bom pesquisador precisaria desenvolver uma perspectiva mais objetiva do conhecimento e da realidade, exercitando, ao lado da crítica, a autocrítica, apenas possível na medida em que se aproxima da realidade da qual faz parte, tendo-a como referência.

Essa auto-avaliação seria possível mediante a inserção do pesquisador na realidade, a partir de vivência nessa mesma realidade sob a ótica dos conhecimentos que produz e que pode produzir. Dessa forma, o pesquisador, além de promover uma contribuição direta às comunidades de que participasse, poderia vir a construir e sistematizar conhecimentos que tivessem resultados direcionados a possibilitar e facilitar a intervenção na realidade.

Em decorrência, pesquisas bem-sucedidas gerariam extensão, assim como a extensão bem-sucedida geraria a pesquisa comprometida com a realidade. Vale ressaltar, a esse respeito, que tal condição não eliminaria ou desvalorizaria a realização de pesquisa pura, não diretamente voltada para a contribuição direta à solução de problemas específicos. Nem deveria a pesquisa aplicada ser encarada como simples prática utilitarista voltada para resultados meramente pragmáticos, imediatistas e limitados.

Em específico, a pesquisa aplicada deve ter um caráter de superação da visão tópica e pontual, uma vez que o conhecimento científico, em tese, preocupa-se com a realização de generalizações. Ela deve preocupar-se com a compreensão de relações entre elementos, condições, processos e características subjacentes aos fenômenos de investigação, de modo a poder gerar leis, princípios e explicações gerais sobre a realidade investigada (KERLINGER, 1980).

Portanto, a extensão, entendida como processo educativo, cultural e científico, articula-se com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, ao mesmo tempo em que reforça a realização do papel social da universidade e contribui para a sua transformação, como também da sociedade. Daí por que um importante objetivo da extensão deve ser a efetivação de uma prática acadêmica que vincule ensino e pesquisa com as demandas da sociedade (ENCONTRO NACIONAL DE UNIVERSIDADES, 1999). Dessa forma, a extensão é entendida como uma prática social de construção de conhecimento e de

desenvolvimento de aprendizagens significativas, sem o que se descaracteriza e se transforma em assistencialismo ou venda de serviços.

A articulação e interinfluência do ensino, da pesquisa e da extensão resultam em benefícios múltiplos e recíprocos para todas as três funções que se revitalizam, se atualizam e se enriquecem reciprocamente. Castro (1999, p. 63) afirma:

> A extensão desvinculada do ensino e da pesquisa fica reduzida a um ativismo, a uma ação de mão única, com a qual a universidade, ainda que bem intencionada, assume uma posição de quem doa conhecimento a quem não tem nenhum, dividindo o mundo entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem.

Em última instância, em qualquer uma das dimensões que se apresente ou áreas em que atue, essa função é realimentadora do ensino e da pesquisa, assim como é realimentada por essas mesmas funções.

Ainda que a extensão seja de longa data reconhecida como uma função universitária fundamental para a expressão do compromisso social da universidade, associada ao ensino e à pesquisa, que também seriam realizadas com o mesmo espírito, o reconhecimento de sua importância e sua prática têm em geral ficado aquém desse estatuto, por motivos diversos. Muitas vezes, a extensão tem sido considerada como uma função secundária, que se desenvolve por acréscimo às demais e delas decorrente, de forma eventual, sem perspectivas de retorno a elas.

Referindo-se a esse aspecto, Savi (1987, p. 179) aponta que “a extensão está um tanto gasta, pondo às vezes em dúvida até sua credibilidade como ação numa universidade”. Explica essa condição como resultado de a universidade preocupar-se em estender o que não tinha, isto é, alocar na função de extensão toda a preocupação de vinculação com a realidade, enquanto ensino e pesquisa continuariam fechados em si mesmos.

Por trás dessa possibilidade residiria, por certo, uma ótica de ensino e pesquisa que se assentaria em princípios segundo os quais a

verdade e a ciência têm seus cânones estabelecidos, cabendo ser repassados e transmitidos como bem e valor em si mesmos. Nessa condição, se algum teste devesse existir em relação a eles, tratar-se-ia de um exame de sua forma e estilo e não de seus fundamentos e bases.

O compromisso social da universidade precisa ser realizado por todas as atividades da instituição. Essa condição se expressa com base em uma concepção ao mesmo tempo idealista e funcional de universidade, conforme aponta Brandão (1992, p. 3):

> A concepção idealista leva a universidade a buscar um ideal definido da natureza intelectual ou cultural. Quer privilegiar a plenitude humana, as conquistas da inteligência. Propõe o aperfeiçoamento pessoal de seus integrantes... Deseja que seus pesquisadores e professores busquem a verdade onde quer que ela esteja, sem preocupação utilitária, sendo por isso, cientificamente autônoma.

E, ainda:

> Já a universidade de concepção funcional se propõe a ser um instrumento de desenvolvimento social. Busca executar investigações e preparar pessoal para tarefas prioritárias. Sua pesquisa é orientada para a prática, visando a aplicações, tanto quanto possível, imediatas. Age de forma que a sociedade nela encontre a prestação de serviço de natureza econômica, social ou política, voltando-se para a solução de problemas prementes (BRANDÃO, 1992, p. 4).

A universidade age, portanto, orientada por um paradigma que privilegia uma concepção ampla e aberta de mundo. Ao promover o desenvolvimento de especialidades, ela deve fazê-lo com base em uma visão do todo, de pluralidade de perspectivas e de soluções.

Por certo, o mandato de realização de atividades de extensão muito e significativamente tem contribuído para o estabelecimento de uma compreensão da realidade que permite a revisão das funções de

ensino e pesquisa, de modo que sejam realizadas de forma comprometida com a realidade. Portanto, ganham maior alcance e significação, sem, é claro, cair nas práticas baseadas em questões meramente funcionais, corriqueiras e superficiais da sociedade. E essa contribuição ocorre justamente porque os responsáveis pela prática de extensão são os responsáveis pelo ensino e pela pesquisa.

Em suma, tal como reconhecido em fontes de debate sobre a articulação entre extensão, pesquisa e ensino, estas funções identificam-se no propósito de fazer cumprir o compromisso social da universidade *e se articulam nas ações* que levam à produção do conhecimento. Devem ter sempre como ponto de partida e de chegada a comunidade.

3. Fundamentação legal da extensão universitária

As primeiras referências formais à extensão universitária são apresentadas no Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que, definindo o Estatuto das Universidades Brasileiras, propõe, em seu título XIII: "as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade e contribuir na esfera das suas ações, para o aperfeiçoamento do meio". A letra "c" do art. 99 propõe que a vida social universitária terá a extensão universitária como uma de suas organizações fundamentais.

Essa contribuição seria realizada mediante cursos e seminários pelos quais a universidade divulgaria as suas atividades técnicas e científicas, disseminando dessa forma o seu capital intelectual para a sociedade, em benefício da coletividade. Essa proposta é, pois, a de divulgação de conhecimentos, com um caráter ao mesmo tempo pedagógico e educativo, conforme definido no art. 42 e seu parágrafo 1.º do mesmo Decreto:

> A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade com prévia autorização do Conselho Universitário.
>
> § 1.º – Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida

> individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

Nesse estatuto, fica delineada uma vertente alternativa, dentre várias possíveis, para a realização da extensão universitária. Essa vertente foi considerada, nas práticas universitárias, como uma das mais importantes.

Ao definir e dar ênfase à forma para a realização dessa função, a partir de cursos e seminários, a legislação abriu caminho para que os implementadores de atividades de extensão focalizassem a realização de tais atividades como um fim último, que gerassem um grau de ativismo na área, por realizarem essas atividades sem grande perspectiva de interação e reciprocidade. Nesse sentido, tais atividades foram introduzidas, em muitos casos, como uma tarefa, um encargo a mais e não como uma estratégia diferenciada para a universidade realizar a sua missão social.

A proposta desses cursos de extensão, por conseguinte, teria como ponto de partida as propostas acadêmicas de forma auto-centrada, que estabelecessem uma imposição de visão de mundo da universidade sobre a comunidade e sem perspectiva de questionamento sobre a mesma, ou de desenvolver uma ótica sensível em relação aos valores e às dificuldades do mundo fora do círculo universitário. Por essa prática de extensão, a universidade reproduziria num caráter fragmentado a forma e o enfoque de atuação adotada nos seus cursos regulares.

Essa posição é, aliás, retomada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, Lei 4.024/61, que define a extensão como uma modalidade de curso, ao mesmo tempo em que deixa de estabelecer seus objetivos. Tal posição é também retomada pelo Decreto-Lei 252, de 28 de fevereiro de 1967, que cria os setores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

É, porém, principalmente com a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que, ao fixar normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média instituiu a reforma

universitária, a extensão ganha maior impulso. Os seus artigos 20 e 40 explicitam as determinações para a universidade se dedicar a atender às necessidades da comunidade e desempenhar um papel social na promoção do seu desenvolvimento.

Tal proposição explicitaria reivindicações do movimento estudantil, o qual propunha muitos outros aspectos voltados para a revitalização da universidade e seu compromisso social. O artigo 20 ressalta, ainda, a questão dos cursos como forma de promoção da extensão universitária, mas seu artigo 40 aponta para uma perspectiva mais ampla:

> as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida das comunidades e no processo de desenvolvimento.

Em suas letras b, c, e d, explicita uma série de atividades, como, por exemplo: programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; atividades de educação física e de desportos, formação cívica e formação de consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

No ano seguinte, o Decreto-Lei 916, de 7 de outubro de 1969, cria a Comissão Incentivadora dos Centros Regionais Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, a CINCRUTAC. Dessa orientação surgiram os CRUTACs espalhados por todo o país, pelos quais estudantes tiveram a oportunidade de realizar experiências de extensão em áreas interioranas, conforme disposto nesse Decreto.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 1996, que surge em substituição à Lei 5.692/71, reitera o papel social da “educação superior”. Nela, é importante ressaltar alguns aspectos, que já apontam para a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre eles, destacam-se algumas finalidades do ensino superior, propostas no art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases:

> III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação e da tecnologia científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da criação e *difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive*;
>
> IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
>
> VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
>
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Cabe lembrar que os estatutos legais estabelecem orientações a serem assumidas pela universidade em seu projeto de trabalho. No entanto, cabe à universidade expandi-lo para além da letra, captando-lhe o seu espírito. Por esta leitura, podem-se descortinar muitos horizontes novos e novas possibilidades de realização da identidade universitária. A personalidade da universidade não é definida pela lei e sim pelo espírito da lei em sua atuação junto à sociedade.

4. Proposições de fundamentação da extensão universitária

É fundamental que as ações de extensão se assentem em bases conceituais e de valores sólidos, a fim de que a sua realização supere o ativismo ou qualquer outra prática limitada que distorça o seu significado social. Nesse sentido, analisar sobre o que se assenta a extensão universitária demanda ir além de propor as suas bases legais que produzem, sobretudo, explicações formais.

É importante ressaltar que aquelas bases devem ser interpretadas não ao pé da letra, mas com o espírito aberto e sensível. Para tanto, é necessário que a legislação seja tomada como inspiração e não como normatização. Isso significa elucidar o âmago das razões fundamentais que se devem expressar em seu modo de ser e de fazer. Acima de tudo, resulta em firmar e expressar de forma clara e objetiva o compromisso social da universidade. Pode-se sugerir, à luz da análise da literatura específica, que a extensão universitária é ainda uma função pobre em referencial teórico conceitual se considerada em relação ao ensino e à pesquisa.

Este fato se justifica por ser uma função de história recente, realizada muitas vezes de forma inconsistente, descontínua e hesitante. Talvez também, por ter sido associada entre nós, já por estatuto legal, à realização de cursos e seminários, conforme analisado, o que reproduz certo modelo de ensino e de uma idéia assistencialista que não se interessa por construir conhecimentos e por repensar a própria prática, dados os objetivos precípuos de minorar o mal das populações atendidas. Cabe ressaltar que grande parte da literatura existente sobre a extensão tende a *desconstruir* os textos legais e práticas e deixa um vazio quanto à construção de um referencial teórico que subsidie a superação das limitações e distorções que aponta.

É válido registrar que a extensão tem sido baseada em pressupostos que estabelecem uma variação de significado nas suas atividades, expressa de modo diversificado em diferentes instituições. A esse respeito, Durham (1999) aponta, para explicar a diferenciação entre instituições, três tradições norteadoras dessas atividades (ENCONTRO NACIONAL DE UNIVERSIDADES, 1999).

Estas são: a) a tradição latino-americana, que vê a universidade como elemento de transformação da sociedade; b) a tradição americana, que vê a universidade como prestadora de serviços e; c) a tradição mais recente e geral da parceria, que vê a universidade como uma instituição que se realiza a partir de parcerias, em vista do que lhe compete estabelecê-las para tornar disponíveis o potencial e o acervo cultural da universidade para um público mais amplo que o que a freqüenta.

Essa classificação sugere que as universidades empregaram, ao longo de seu desenvolvimento, esta ou aquela tradição, nela se especializando, por considerá-las mutuamente excludentes. De fato, é possível identificar essa diferenciação na literatura. Por exemplo, as universidades públicas federais enfocam a primeira alternativa e apresentam em suas discussões sobre a extensão a preocupação maior com as populações desfavorecidas e o compromisso social com a mudança do quadro de injustiça social, sobretudo a partir de um esforço de conscientização social das camadas marginalizadas. Com esse enfoque, rejeitaram, por muito tempo, a possibilidade de realizarem a prestação de serviços e o estabelecimento de parcerias.

As instituições estaduais, com identidade regional mais forte, dedicaram-se à segunda alternativa de prestação de serviços, realizando parcerias diversas para sua melhor viabilização, interiorizando até os seus trabalhos. Assim, prestaram serviços não diretamente às populações pobres, com o enfoque anteriormente apontado, mas como parceiros de instituições públicas (como secretarias de educação, saúde, bem-estar social, meio ambiente, etc.) contribuíram para mudar as bases sobre as quais as maiores necessidades se assentam.

Porém, nas universidades comunitárias, entre as quais a PUCPR se integra, as três posições são consideradas. Cada uma, como desdobramento importante do conjunto maior das possibilidades de extensão, elas se interinfluenciam, de modo a estabelecer os fundamentos para uma sociedade mais justa e equilibrada. Busca-se tal fim não apenas pela contribuição a pessoas em particular e a pequenos grupos sociais, mas pela mudança de estruturas vigentes que mantêm as necessidades e a injustiça social.

É esse sentido social que norteia as ações da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Com base no entendimento de que as possibilidades de realização do seu papel e responsabilidade social, pela extensão universitária, são amplas e diversas, a PUCPR lança mão, de modo criativo e perspicaz, do maior conjunto de alternativas de ação e valoriza a pluralidade. Com esse entendimento, igualmente, ela busca aprimorar o ensino, a pesquisa e a própria extensão, com a finalidade máxima de melhor contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A identidade social da universidade se expressa, de maneira especial, pelo exercício de extensão. Esta dimensão da ação universitária age como fonte permanente de renovação de seu compromisso com a sociedade. Serve, ainda, como caminho para promover a formação dos seus alunos como cidadãos plenos, mediante a sua vinculação com a realidade na qual atuarão como profissionais.

Não importando a estratégia utilizada para o desenvolvimento das ações de extensão universitária, considera-se que elas têm por base o entendimento das ciências sociais. Tais ciências oferecem as bases para uma prospecção das práticas e circunstâncias das sociedades humanas em seu desenvolvimento histórico, o que possibilita apreender de modo crítico a sua experiência teórico-prática. Isso torna-se condição para superar as contradições sociais que tão intensamente se manifestam em nosso contexto.

Uma prospecção da realidade nacional e um diagnóstico apropriado sobre os seus problemas, a partir de bases científicas, devem também fundamentar a extensão universitária, cuja efetivação depende que se atue para além das aparências e de entendimentos parciais e limitados da realidade. O entendimento adequado das problemáticas sobre as quais se vai atuar demanda que se estabeleça a interligação dos fenômenos que a compõem, compreendidos profundamente em si e em seu contexto maior, isto é, em relação com a totalidade social de que faz parte e que a produz.

Supera-se, dessa forma, a tendência ao conhecimento meramente estatístico, quantitativo e distributivo de certas características. Embora importantes, essas características se mostram superficiais e não oferecem pistas e bases quanto às melhores e mais competentes formas de atuar sobre a realidade.

Deve-se considerar, ainda, que toda ação comunitária e de extensão, para ser transformadora, deve assentar-se sobre bases educacionais. Em vista disso, a educação, seus princípios e fundamentos devem estar inseridos na base das propostas de extensão para orientá-las e subsidiar suas ações.

Deve-se ter em conta, nesse contexto, que o avanço da ciência moderna impulsiona de forma acelerada os avanços e progressos nas diferentes áreas, demandando uma ação educativa renovada em que os talentos e conhecimentos são considerados de forma dinâmica, exigindo métodos criativos que tenham os participantes como sujeitos ativos. O importante nesse processo é o domínio dos métodos, condição básica para o aprender a aprender, que é, por sua vez, condição para a autonomia e a construção da experiência significativa.

5. Algumas restrições apresentadas à prática de extensão universitária

A extensão universitária é considerada "o método efetivo e real que permite a compreensão da rápida evolução da sociedade e a conseqüente atualização das práticas de ensino e pesquisa" (LEITE, 1987, p. 105). Apesar disso, é comumente aceito o fato de que essa função está longe de constituir a realidade da promessa que se lhe prenunciam as suas descrições e propostas formais.

Muitas restrições são apresentadas a essa prática. É importante compreendê-las, com o entendimento de que, antes de servirem para invalidar a extensão universitária em si e no todo (embora muitas vezes pareçam as suas apresentações tentar fazê-lo), elas servem para alertar a respeito de possíveis condições ou circunstâncias que podem limitar os seus resultados e impossibilitar que seus objetivos sejam realizados. As indicações mais comuns de tais problemas são: *o assistencialismo e o paternalismo, o ativismo e a doutrinação*. Compreender estes problemas é condição básica para evitá-los. Apontam-se, portanto, algumas restrições a serem superadas:

a) A superação da visão assistencialista e paternalista

Na base da extensão está presente, como seu fulcro inspirador, a consciência de que o que vem da sociedade à sociedade pertence e a ela deve retornar. Portanto, o que se estabelece é um processo de troca, de realimentação e de reequilíbrio na sociedade. Isso em nada

tem a ver com o caráter assistencialista e paternalista com que algumas vezes se pratica a extensão.

Assistencialismo e paternalismo estão intimamente associados. Quando as ações de extensão são realizadas de modo a promover a prestação de serviços, sem uma base conceitual mínima (tanto de aplicação, quanto de produção) e sem o enfoque educativo de que todos aprendem no processo, elas descambam para o mero assistencialismo.

Na prática assistencialista, aqueles que têm e que sabem, doam bens e serviços àqueles que não os têm e não sabem. Com essa prática, as pessoas são diminuídas; em vez de serem dignificadas. São colocadas num papel subalterno e de menor valor. Resulta daí uma prática paternalista que, por seu turno, em vez de liberá-las de suas dificuldades e limitações, as tornam mais dependentes.

Nessa mentalidade, por exemplo, pacientes em clínicas diversas de atendimento universitário seriam cobaias, para se treinar habilidades profissionais. Nesse caso, aqueles pacientes não seriam considerados seres humanos que com humildade se submetem ao trabalho na expectativa não apenas de terem um problema atendido, mas também de serem vistos em sua dignidade pessoal.

A superação da ótica assistencialista e paternalista passa, pois, pela concepção da dignidade humana, independentemente da condição vivida pela pessoa. Tal superação passa, ainda, pela compreensão de que quem recebe um serviço que lhe é oferecido com o espírito de troca, está contribuindo de forma significativa para que, por essa interação, sejam promovidos na permuta. Assim, a elevação do espírito social e humano que é a base da cidadania, o desenvolvimento da compreensão dessa problemática, o desenvolvimento de habilidades, e conhecimentos específicos à situação vivida, dentre outros aspectos, passam a ser considerados.

Na realização da extensão em que se supera a ótica assistencialista e paternalista, adota-se uma perspectiva de reciprocidade. Tal perspectiva está assentada no princípio de que os participantes da sociedade em que essa função universitária se realiza são sujeitos

que, por sua vivência peculiar e suas atividades de sobrevivência e de produtividade, detêm uma visão de mundo, um acervo de conhecimentos em relação a ele. No contato e troca com os diferentes segmentos da sociedade, a universidade, seus professores e acadêmicos constroem uma visão de mundo real, orientada por perspectivas objetivas e realísticas de desenvolvimento.

Em suma, extensão não é caridade nem favor: é, antes e acima de tudo, condição de troca, de reciprocidade, de bilateralidade, de prática de dupla mão, pela qual se reconhece que ao realizá-la se obtém algo em troca, que constitui um bem cultural importantíssimo para a universidade. Esta condição depende não só do que se faz, mas, sobretudo, do modo como se faz, que expressa uma postura e uma atitude especial.

b) A superação do ativismo

O ativismo é caracterizado pela realização de ações pelas próprias ações, dando-lhes primazia sobre os domínios de conhecimento possíveis para sua orientação. Por conseguinte, quando a extensão é realizada sem levar em consideração, para a sua fundamentação, concepções teóricas sólidas, quando deixa de ser utilizada para gerar novos conhecimentos, quando é realizada sem a preocupação reflexiva-investigativa, nada acontece além da atividade em si. Neste caso, a extensão fica descaracterizada e destituída de seus objetivos gerais.

Cabe considerar na elaboração dos programas e projetos de extensão como condição para a superação do ativismo uma série de aspectos, dentre os quais: 1) os fundamentos filosóficos e valores que estabelecem o sentido das ações propostas; 3) as proposições sociológicas e psicológicas que norteiam o relacionamento e a percepção em relação às populações envolvidas; 3) as concepções políticas e econômicas que dimensionam o âmbito de intervenção; 4) uma significativa compreensão sobre teorias e fundamentos das problemáticas objeto das intervenções específicas propostas; além de 5) uma visão clara sobre como o conhecimento é construído e de conceitos relacionados aos aspectos específicos dos programas e projetos.

Cabe lembrar dois aspectos. O primeiro é que, sendo o ativismo resultado da falta de articulação entre conhecimentos sistematizados e ações que devem ser por eles orientadas, essa condição, por si, sugere uma possível redução do significado do ensino e da pesquisa como valores em si mesmos e sua relação com a prática de extensão. O segundo é o fato de se perceber, pela enumeração dos conhecimentos necessários para fundamentar projetos de extensão anteriormente apontados, que a superação do ativismo passa, necessariamente, por uma postura interdisciplinar.

c) A superação da doutrinação

As populações que apresentam alguma necessidade são sujeitos que, por sua vivência peculiar e suas atividades, detêm valores, visão de mundo, acervo de conhecimentos em relação ao mundo de cuja construção participam. Este aspecto é de grande importância para a universidade. Todo esse acervo cultural, portanto, não deve ser desqualificado e sim valorizado e incorporado, com base em sua sistematização, ao acervo de conhecimentos da universidade, como condição para alargá-lo e para que se obtenha uma visão universal e também dinâmica de mundo.

Em conseqüência, não cabe utilizar as atividades de extensão como forma de doutrinar as populações em desvantagem social, e passar uma visão de mundo, de sociedade e de economia, conforme vistas pela ótica de professores e estudantes. A doutrinação é, no entanto, uma tendência generalizada em atividades de extensão e de pesquisa na América Latina.

A fim de que se supere essa tendência, as atividades de extensão devem estar orientadas por fundamentos filosóficos, sociológicos e psicológicos que extrapolem qualquer tendência doutrinária e que tenham em mente, sobretudo, o valor humano e o seu potencial de realização. Cabe registrar que a conscientização se promove pela ação reflexiva pela qual a pessoa se torna autora de sua história, condição de formação da consciência de seu papel no mundo e alargamento de seus espaços de atuação.

Às restrições anteriormente comentadas, acrescentam-se, ainda, outras que receberão destaque especial: a desvinculação da extensão, em relação ao ensino e à pesquisa; a falta de avaliação de suas atividades e a escassez de financiamento para custear as iniciativas.

6. Construindo a via de mão dupla

A via de mão dupla, de aproximação entre universidade e sociedade, marcada pelo espírito da reciprocidade, do exercício pleno da cidadania por todos os membros e partes de um processo, é amplamente apontada como condição para a realização de experiências significativas de extensão (e.g. CASTRO, 1999; SOUZA, 1983).

Como construir uma via de mão dupla, na prática de extensão universitária? Como alguém que tem pode receber algo de quem não tem? - perguntariam alguns. É importante deixar claro que não se trata de buscar a troca na mesma moeda, pois se assim fosse, cairia por terra a necessidade dessa atividade. Trata-se, isso sim, de uma questão de orientação de valor, uma questão filosófica que deve estar na concepção da própria atividade e que se baseia no pressuposto de que todos têm algo para partilhar, algo para dar em troca do que recebem.

Por trás das ações de extensão e de quem a pratica deve estar presente a consciência de que todo ser humano e toda organização produtiva têm um valor, têm uma cultura, têm um modo de ser e de fazer que constitui em si um acervo cultural. Essa questão é reconhecida no saber popular africano, difundido pela UNESCO, no sentido de que “quando uma pessoa morre, morre uma biblioteca”. Portanto, na interação com o outro há sempre a possibilidade de troca. Damos o que temos e recebemos o que o outro tem.

Essa perspectiva depende da concepção que se tenha sobre a questão e sobre as pessoas. Não depende do que se faça, das condições que se tenha ou com quem se faça, mas, sim, dos valores e perspectivas adotados para orientar o trabalho.

Caso não se tenha uma perspectiva de valor em relação ao outro lado, não há mão dupla nessa estrada e, dessa forma, ambos os

lados saem perdendo. Em última instância, ao contribuir para o desenvolvimento da sociedade, a universidade ganha por deixar de ser isolada, por testar seus conhecimentos e habilidades, por construir novos conhecimentos, por adquirir uma visão de mundo realista, por ter a oportunidade de manifestar e fortalecer a sua identidade como instituição social. Essa vivência a ajuda a construir e atualizar continuamente os seus currículos, de modo que tenham a necessária perspectiva realista, contextualizada nos desafios e necessidades da sociedade.

Essa perspectiva se enriquece pela apropriação, articulação e sistematização de um conhecimento que se faz presente na sociedade de forma esparsa e assistemática. Também os professores e alunos têm uma extraordinária oportunidade de auferir ganhos consideráveis pelas mesmas razões. Todos, em conjunto, realizam-se desempenhando sua responsabilidade social.

A realidade social é construída socialmente (KOSIK, 1986) e, concomitantemente a essa construção, ocorre a elaboração de conhecimentos que a universidade tem a oportunidade de sistematizar e reelaborar, cabendo-lhe, portanto, devolvê-la para a sociedade, da qual obtém a inspiração e a instigação para realizá-la. Cabe lembrar que a prática de extensão oferece oportunidades ímpares de construção de um saber altamente significativo, a partir de práticas refletidas, pensadas e gestadas, saber esse que é posteriormente circulado na sociedade.

Nessa via de mão dupla, podemos dizer que nesse caminho de circularidade se estabelece um processo dialético entre saber acadêmico e saber popular, qualidade acadêmica e compromisso social, intervenção – investigação – ensino/aprendizagem, quem ensina e quem aprende, dentre muitos outros aspectos. Esse processo estabelece um movimento de modificação simultânea em todos os seus segmentos e promove, dessa forma, a transformação significativa da realidade.

“A adversidade desperta em nós capacidades que, em circunstâncias favoráveis, teriam ficado adormecidas”.

(Horácio)

Programa de Ação Comunitária e Ambiental - PROAÇÃO da PUCPR – Núcleo Paranaguá

Foto: João Gilberto Viana Borges

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUCPR

Conforme apontado por Juliatto (2001, p. 8), “o mundo de hoje está marcado por tantas e profundas diferenças, que somente se tornará viável, com uma boa dose de cooperação e solidariedade”. Precisamos substituir a cultura do egoísmo e da competitividade exacerbada, pela cultura da verdadeira cidadania e da solidariedade. Assim, trabalhar para a mudança desse quadro é uma tarefa das pessoas e das instituições que acreditam na possibilidade de um mundo e de um Brasil melhores.

A partir dessa crença, extensão universitária na Pontifícia Universidade Católica do Paraná constitui função que se confunde com a vocação comunitária e o espírito cristão, marcado pelo sentido do compartilhamento, características essas que orientam também as demais funções universitárias. Trata-se de uma função que carreia e veicula, da maneira mais natural possível, a índole da instituição que é a de servir a sua comunidade, de contribuir para o seu desenvolvimento, no sentido de construir uma sociedade mais humana, mais saudável e mais promissora na sua distribuição de justiça social.

Cabe lembrar, ainda, que a extensão é entendida como oportunidade e prática de uma aprendizagem especial, qual seja a da cidadania e da solidariedade. Conforme o Reitor da PUCPR ressalta, estas lições são aprendidas na escola, não devendo nenhum de seus alunos sair dela sem que tenha incorporado essas lições (JULIATTO, 2001). E como essa aprendizagem está mais intimamente relacionada ao desenvolvimento de atitudes e de comportamento do que de conhecimento e cognição, a extensão universitária constitui também condição fundamental para essa aprendizagem. Nesse sentido, essa função merece um destaque especial. Daí por que receber um delineamento particular neste documento, para aprofundar e sistematizar o entendimento institucional com relação às práticas de extensão.

Dada a importância que a PUCPR atribui às ações de extensão, mantém uma Pró-Reitoria forte, bem estruturada e continuamente ativa

com seus múltiplos projetos, como se verá mais adiante. A Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão é uma instância administrativa responsável pelo planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos de extensão e espírito comunitário, pela mobilização do capital intelectual da Universidade, localizada nos vários Centros, Departamentos e cursos. De acordo com o art. 18 do Regimento Geral da PUCPR, ela é o "órgão executivo que promove, superintende, coordena, fomenta e controla as atividades comunitárias e de extensão (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2000, p. 12).

Essa Pró-Reitoria tem por missão elevar o nível de conhecimento e a vivência da comunidade universitária e sociedade em geral, mediante processos de contínua interação na prestação de serviços, realização de cursos, etc. É importante ressaltar que, para definir o conjunto das ações promovidas na PUCPR no desenvolvimento de projetos comunitários coordenados por essa Pró-Reitoria, é utilizado o termo *extensão* como forma de simplificação. Tal prática não altera o entendimento amplo e profundo que se tem da questão, cujo espírito é sempre de caráter comunitário, dada a própria concepção e filosofia da PUCPR. O significado comunitário está presente, portanto, em todas as ações denominadas de extensão, sejam elas cursos, serviços ou ação comunitária, propriamente dita.

A Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão deve trabalhar em perfeita consonância com a Pró-Reitoria de Graduação, responsável pelo ensino, e com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, responsável pela pesquisa e o avanço do conhecimento científico. Desse modo, as atividades desenvolvidas devem traduzir uma grande sintonia entre essas funções, para se obter a qualidade nesses três âmbitos de ação, reciprocamente.

A partir do Plano Estratégico da PUCPR de 1998 a 2010, e como condição para melhor contribuir para o desenvolvimento da sociedade, foram propostos os objetivos de:

- Fortalecer e expandir as atividades de extensão universitária.
- Expandir e promover a melhoria de serviços às empresas privadas, ao setor público e às comunidades.

- Dispor de infra-estrutura física e tecnológica plenamente adequada ao funcionamento de todas as atividades universitárias e,
- Diversificar as fontes de receita da Universidade, de modo que parte do orçamento seja proveniente de fontes alternativas às matrículas e mensalidades.

1. Princípios norteadores da extensão universitária

A extensão universitária é uma função complexa, com múltiplos desdobramentos, que traduzem a sua riqueza e a sua diversidade. Sem princípios e diretrizes amplas que articulem e norteiem o conjunto de perspectivas e a implementação das ações correspondentes, essa prática corre o risco de se sujeitar às limitações anteriormente apresentadas em relação à extensão universitária e que são comumente denunciadas nos mais diversos fóruns de discussão sobre essa função. Em vista disso, a PUCPR define, para orientar e dar unidade e consistência à realização de significativas práticas de extensão universitária que promove, princípios amplos a serem expressos nas ações de extensão de todas as áreas e em qualquer de suas dimensões.

Esses princípios de ação constituem proposições simples e objetivas que estabelecem valores e orientações conceituais importantes para estabelecerem o espírito e o modo de ser e de fazer aplicados na efetivação das atividades de extensão universitária. Esse espírito, por sua vez, estabelece e identifica a personalidade e o modo de ser e de fazer do esforço empreendido em cada Centro, Departamento ou curso da PUCPR, expressos e vivenciados por seus profissionais, docentes e alunos. Tem-se como pressuposto que o que faz diferença não são as ações em si, mas o espírito com que são realizadas pela ação consciente e comprometida das pessoas que a elas se dedicam.

Mediante a adoção desses princípios, os programas delineados e as ações implementadas ganham vida e natureza significativa deixando de cair no ativismo, no assistencialismo e na mera contabilização estatística de eventos, e, no caso da prestação de

serviços, em atividades voltadas simplesmente para auferir recursos. Esses princípios, associados aos objetivos gerais da extensão e aos objetivos específicos de cada projeto, servem também de critérios para a avaliação e monitoramento deles, a fim de medir e julgar a sua efetividade.

Os princípios fundamentais estabelecidos para a extensão universitária da PUCPR expressam, portanto, a qualidade essencial que determina a sua natureza intrínseca e atribuem direção a esse processo. Dessa forma, servem como critérios básicos para a identificação da eficiência e eficácia das práticas específicas. Todos os princípios guardam entre si um sentido de reciprocidade, de modo que cada um deles guarda uma relação íntima com o outro, como se pode depreender a seguir.

a) Interação horizontal

A interação horizontal constitui ação caracterizada pela reciprocidade, pela troca e mutualidade entre pessoas, organizações e elementos. Ela pressupõe que todos os aspectos, unidades e pessoas envolvidos em um processo têm um valor e um significado importante, e que é na interação entre eles, pelo processo de troca, reciprocidade e de questionamentos mútuos, que a realidade é construída de forma significativa.

Ressaltam-se como elementos básicos dessa interação: universidade e comunidade; ensino, pesquisa e extensão; saberes popular e acadêmico; teoria e prática, dentre outros que se associam dialeticamente no fazer da extensão.

A fim de que a interação seja realizada de modo mais horizontal possível, diminuindo a verticalidade clássica desses processos, é necessário superar a tendência a ver de forma preconceituosa a precariedade e limitação do conhecimento da cultura popular, em relação ao conjunto cultural da humanidade. Por outro lado, a sociedade ainda não detém a visão de mundo das diversas camadas da população, que constitui condição fundamental para valorizá-la.

b) Visão de conjunto

A extensão é realizada por múltiplos projetos e respectivas ações que, sendo praticadas sem um sentido comum, passam a ser eventos e atividades isoladas. A fim de que se realizem mediante um conjunto coeso e consistente, cada uma delas deve ser planejada e praticada tendo em mente o conjunto de objetivos e das respectivas ações, mediante a associação e encadeamento entre elas. Assim, poderão contribuir para o reforço dos objetivos gerais comuns que procuram desenvolver.

Mediante esse princípio, evita-se a duplicação de esforços, a competição de ações ou o esvaziamento das ações pelo seu isolamento. Supera-se, dessa forma, a prática do trabalho isolado que não produz frutos e resultados efetivos. Deve-se ter em mente que o todo é muito mais que a soma das partes, a visão de conjunto é estabelecida não pela idéia de soma, acumulação e de justaposição, mas de interação e rede.

c) Solidariedade

Pelo espírito de solidariedade traduz-se a responsabilidade social de todas as pessoas e organizações. Tal responsabilidade é traduzida por laços mútuos, respeito fraternal, compartilhamento de desafios comuns. Com esse espírito, as práticas de extensão na PUCPR são promovidas mediante o compromisso das pessoas nelas envolvidas, por realizarem a valorização da essência e transcendência do ser humano.

d) Conscientização

Como a realidade é socialmente construída, é mediante ação e compreensão da sua relação com seus resultados e seus desdobramentos que a conscientização é desenvolvida. Essa conscientização é que viabiliza e sustenta a transformação da realidade, e a dos seus agentes. Dessa forma, ao mesmo tempo em que, pela extensão se contribui para transformar a realidade, tem-se maior consciência dela e de si mesmo nessa relação.

e) Transformação

Transformações no modo de ser e de fazer de todos os envolvidos no processo é o sentido maior das práticas de extensão, de modo que tudo e todos abrangidos e envolvidos nele ganham uma nova dimensão, uma nova perspectiva, um novo olhar sobre si e sobre a realidade. Não se propõe, portanto, a simples acumulação de novas experiências e conhecimentos, e sim a transformação das práticas vigentes para estabelecer novos patamares de desenvolvimento.

f) Interdisciplinaridade

A realidade é una, em vista do que qualquer intervenção sobre ela, apesar de focalizar dimensões e aspectos específicos, afeta o todo. Em vista disso, a interdisciplinaridade constitui um princípio fundamental, de modo a garantir ações mais consistentes e abrangentes, condição fundamental para resultados sustentados e transformadores.

A extensão é atividade interdisciplinar por excelência, uma vez que se assenta sobre a problematização da realidade, enfrentada mediante a contribuição articulada de diferentes disciplinas e áreas de atuação. Por elas se pode compreender melhor as contribuições existenciais, organizacionais ou laborais humanas. Como cada uma das áreas e disciplinas vê a realidade a partir de uma perspectiva limitada, é pela sua interação que essa perspectiva é significativamente ampliada e aprofundada. A formação de grupos interdisciplinares em torno de questões específicas, em preparação para um fazer coletivo é, pois, necessária para a superação dessa limitação, nas atividades de extensão.

g) Transparência e visibilidade

Ações realizadas de modo aberto, acompanhadas e avaliadas continuamente, constituem condições fundamentais de vivência do espírito de cidadania que se propõe democrático e que permite que todos conheçam e pensem sobre o que está sendo feito e os resultados que estão sendo obtidos. Transparência e visibilidade correspondem

ao cuidado por revelar o seu modo de ser e de fazer, os seus motivos e objetivos, uma condição importante para que os envolvidos possam participar do processo como sujeitos ativos.

2. Estratégias para a realização efetiva da extensão universitária

Algumas estratégias emergem como importantes para traduzir esses princípios e a filosofia da extensão, visando à maior efetividade. Essas estratégias são:

a) Comunicação

A falta de comunicação, tanto interna quanto externa, isola práticas de extensão, o que dificulta a experiência interdisciplinar, a sua associação entre ensino e pesquisa e os mais diferentes aspectos envolvidos, como é preconizado para as boas práticas de extensão. É fundamental, para a qualidade de seus programas, que a extensão seja vista como diálogo. Em decorrência, em cada projeto de extensão deve ser estabelecida uma estratégia de comunicação interdepartamental e interprofissional, de modo a garantir a maior visibilidade e transparência das suas ações.

b) Estabelecimento de rede

A criação de uma rede de intercâmbio interno e externo consolida as relações e os processos de troca. Ela pressupõe e é promovida a partir da prática contínua de um processo de discussão entre os parceiros e os participantes em torno de cada projeto, como também do conjunto de projetos entre si, de modo a reforçar-se reciprocamente, pelos elementos comuns que guardem entre si.

c) Sensibilização, mobilização e engajamento

Como ação realizada, a maior parte das vezes, com caráter voluntário, embora dentro do espaço de trabalho acadêmico e profissional, a extensão depende, para seu sucesso e sua dinâmica de

ação efetiva, da liderança motivadora de professores em relação a aluno; de decanos, em relação aos Centros; de diretores em relação a Cursos, professores e alunos; de coordenadores de projetos e programas em relação aos potenciais participantes.

Trata-se, portanto, de uma ação contínua de sensibilização e promoção da mobilização e engajamento de participantes no processo. Dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos, evidenciar as experiências bem-sucedidas constituem formas de realizar a sensibilização que predispõe pessoas a aceitar esse importante desafio.

d) Estabelecimento de parcerias

A maior e melhor efetividade de programas e projetos se dá pelo alargamento dos seus horizontes, pelo aprofundamento do entendimento das problemáticas focalizadas, pelo potencial de intervenção e pelos recursos disponíveis para a sua implementação. As parcerias constituem condição básica para a promoção e obtenção dessas condições.

Mediante o estabelecimento de parcerias entre organizações diversas é possível aumentar o aporte de capital intelectual e de fontes alternativas de recursos necessários para dar maior consistência aos programas e projetos. A complementaridade que as parcerias garantem contribui de forma fundamental para a promoção de maior sinergia e produtividade. É importante ter em mente que as parcerias exigem uma postura especial, marcada pela simplificação de normas e de procedimentos operativos para facilitar a participação conjunta.

Essas parcerias podem ser realizadas com os mais diversos órgãos e instituições do setor público ou privado. Cabe lembrar que, para haver parcerias, são necessárias metas compartilhadas por todas as partes envolvidas, cuja construção demanda muito tempo. Deve-se ter a paciência do semeador e a operosidade do construtor.

e) Construção de novas metodologias

Tudo que deu certo até o momento, por esse mesmo motivo, pode estar fadado ao insucesso. Esta premissa nos é apontada por

estudiosos das mudanças que ocorrem no mundo econômico e produtivo (DRUCKER, 1992; DAVIS e DAVIDSON, 1993 e HARMAN E HORMAN, 1992).

Por conseguinte, num mundo marcado pelas mudanças, por novos problemas e novos desafios, mas, sobretudo por um novo paradigma e concepção de realidade, torna-se necessário que, na realização dos trabalhos de extensão, sejam buscadas novas formas de relação da universidade com a sociedade; de professores com alunos; de pessoas responsáveis pelos projetos com os seus usuários. Novos e mais dinâmicos e criativos modos de realização dos objetivos propostos devem ser buscados.

f) Adoção de metodologia de projetos

As ações de extensão, para serem efetivas, necessitam ser pautadas com uma concepção abrangente de mundo, porém, focadas em problemáticas específicas e bem definidas, que recebem a contribuição mediante estratégias pontuais e precisas. Para que essas condições sejam garantidas, é necessário que essas ações sejam delineadas em projetos nos quais são estabelecidos os fundamentos, os princípios e os conceitos básicos necessários, os objetivos e metas e planejar as estratégias. Devem ainda propor as formas e os instrumentos de monitoramento e avaliação, bem como o registro e estudo das experiências realizadas. Finalmente, deve-se pensar na forma de divulgação do processo e dos resultados.

3. O financiamento da extensão universitária

Conforme indicado por Souza (1983), as universidades normalmente possuem os recursos humanos e os recursos tecnológicos para o desenvolvimento das atividades de extensão universitária sem, no entanto, possuírem os recursos financeiros para executá-las. O que era verdade em 1983, continua sendo hoje. No entanto, é importante ressaltar que muitas afirmações nesse sentido são feitas, em grande parte, com o objetivo de justificar a não realização de tais

atividades, do que com a idéia de determinar o esforço e a criatividade no sentido de buscar os recursos necessários para realizá-las.

A extensão é uma atividade que, do ponto de vista financeiro, apresenta variações, tendo em vista a diversidade de seus objetivos associados às diferentes dimensões que assume a sua efetivação. Assim, é que se torna possível realizar projetos de extensão com custos diretos mínimos, como também outros, que necessitam de orçamento elevado.

De acordo com a natureza das dimensões e áreas da extensão, poder-se-á realizar atividades em que se obtenham retornos financeiros (o caso de prestação de serviços), como é possível realizar outras, notadamente as voltadas para o atendimento às populações carentes, sem o objetivo desse retorno.

De qualquer forma, é importante que, na proposição de projetos de extensão, os Centros e Cursos proponentes tenham em vista, como princípio fundamental, que as mesmas sejam auto-sustentadas, a partir da busca de convênios e parcerias que possam contribuir para a realização dos objetivos que preconizam. A busca dessas parcerias constitui, em si, uma forma necessária de vinculação da universidade com a sociedade.

“É lento ensinar por teorias, mais breve e eficaz fazê-lo pelo exemplo”.

(Sêneca)

Programa de Estudos da Terceira Idade da PUCPR – Campus *Curitiba*

Foto: João Gilberto Viana Borges

DIMENSÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA AÇÃO COMUNITÁRIA NA PUCPR

A PUCPR adota uma visão aberta e dinâmica da extensão universitária, entendendo-a como ação comunitária, considerando objetivos que se traduzem em ações com as mais diversas expressões. Na perspectiva de pluralidade de soluções, desdobram-se as ações de extensão da PUCPR em um leque marcado pela diversidade, que podem, no entanto, ser agrupadas em seis dimensões básicas: 1) educação continuada e permanente, 2) expansão de conhecimentos universitários, 3) atuação comunitária propriamente dita, 4) formação cultural, 5) prestação de serviços, e 6) pastoral universitária.

Essas ações podem ser denominadas dimensões e não categorias, pois, constituindo um todo, correspondem a ângulos de uma mesma realidade, de modo que as atividades relacionadas em uma dimensão, por sua maior ênfase, necessariamente podem manter vínculos e associação com outras, como se poderá depreender dos exemplos apresentados em cada uma delas. Registra-se, no entanto, à parte, o Lumen Centro de Comunicação, cujas ações perpassam de modo muito peculiar todas as dimensões de extensão.

A proposta de extensão da PUCPR é, pois, uma proposta abrangente, que parte do entendimento de que não se deve restringi-la a esta ou àquela dimensão. Pelo contrário, deve abrir um leque de perspectivas, de modo a atender a sociedade em seus mais variados segmentos e tipo de necessidades, com uma visão ampla e aberta da realidade, de modo a representar e expressar o saber universal, assim como o espírito humanitário que preconiza.

1. Educação continuada e permanente

A educação continuada e permanente constitui uma necessidade fundamental da Sociedade do Conhecimento, cuja economia nela se assenta. Tendo em vista a dinâmica da realidade social e econômica e a orientação pela contínua agregação de valor em todos os campos

da atividade humana, aprender e construir conhecimento são, hoje, um desafio de todas as pessoas e de todas as organizações.

Em vista disso, não basta ao cidadão fazer os cursos regulares de formação. É necessário fazer cursos complementares e adicionais, continuamente, pelos quais possa alargar horizontes, aprofundar perspectivas, desenvolver conhecimentos e habilidades adicionais. Em suma, deve-se construir continuamente o acervo de conhecimentos e de habilidades que lhe permitam ter melhores condições para posicionar-se e atuar na sociedade.

Respondendo a essa necessidade, a PUCPR oferece a seus alunos, a seus profissionais e à comunidade em geral, cursos, seminários, conferências, palestras, que possibilitem a realização daqueles objetivos e que expressem, de maneira ágil, concentrada e consistente, a visão focada de novos aspectos e desdobramentos do conhecimento científico e tecnológico. Esses cursos orientam-se, em geral, para três áreas: a) qualidade de vida e desenvolvimento pessoal, b) conhecimento da realidade, e c) atualização profissional.

A Coordenadoria de Extensão da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão orienta e coordena a realização desses programas, tendo sistematizado as suas orientações básicas no documento "Diretrizes para as atividades de extensão". O rol de cursos realizados a cada ano é extenso. São divulgados mensalmente por diferentes meios de comunicação de que a PUCPR dispõe.

2. Expansão de conhecimentos universitários

Os cursos, palestras e seminários orientados para a expansão de conhecimentos são, em geral, aqueles que se destinam a oferecer a universitários, tanto da PUCPR, como de outras instituições, o enriquecimento curricular, pela complementação de aspectos atuais e desdobramentos especiais do currículo que desenvolvem em seus cursos de formação. Ao aceitar a participação de egressos do ensino superior já atuantes profissionalmente, esses cursos realizam também a dimensão de educação continuada e permanente, anteriormente apresentada.

Pela interação entre alunos e profissionais, oferece-se a todos uma valiosa experiência de aprendizagem. Tanto nesta dimensão, como na anterior, os cursos seguem as mesmas orientações e são aprovados pela Câmara de Extensão Universitária, conforme disposto no art. 49 do Regimento Geral da PUCPR.

Nesses cursos de extensão, os professores põem em prática novas perspectivas e desdobramentos do currículo escolar, como também dão aprofundamento a certos temas, de acordo com as demandas da realidade. É possível ainda realizar atividades de extensão para desenvolver projetos de pesquisa, com a metodologia de pesquisa-ação, assim como para testar conhecimentos e teorias. Outra forma de enriquecimento curricular diz respeito à realização de estágios voluntários das mais diversas ordens.

3. Atuação comunitária

A atuação comunitária, propriamente dita, é uma das mais significativas ações da extensão universitária e nela se assenta um dos mais clássicos objetivos dessa função, para todas as universidades. Há quem preconize que a ela apenas se deve circunscrever a extensão, considerando que o seu papel é o de tornar disponíveis recursos e o acervo cultural para um público que não é interno à universidade. Deve fazê-lo de forma compartilhada, sobretudo focalizando a população carente e excluída do processo geral de desenvolvimento da sociedade, os que vivem na pobreza.

Sem descuidar desse enfoque e com base em um forte compromisso com essas populações, a PUCPR estende a sua atuação comunitária para além dela própria, em nome do próprio espírito universitário, de modo a abranger múltiplas dimensões e populações.

A PUCPR abre o seu leque, ao atribuir à extensão um escopo mais amplo e diversificado, conforme é indicado no Encontro Nacional de Universidades (1999). Assim o faz em associação com as ações que se voltam para o atendimento de necessidades das populações mais carentes, dos desassistidos, com a qual se vincula pelo espírito de fraternidade cristã.

Nesse sentido, três desdobramentos traduzem a ação comunitária da PUCPR: a comunidade interna da instituição, a comunidade externa e a comunidade em relação a outros *campi* da universidade.

3.1. Ações na comunidade interna

Dada a abrangência de cursos e programas da PUCPR, esta universidade tem em toda sua população discente, administrativa e docente, a representação de grande parte dos múltiplos desafios e problemas que preocupam a sociedade em geral. Entende-se a respeito que nenhuma instituição pode realizar para a sociedade aquilo que não realiza para si mesma, a partir do princípio de que ninguém dá o que não tem.

Em vista disso, são promovidos na comunidade interna da PUCPR vários programas e projetos voltados ao atendimento das necessidades especiais de seus alunos, funcionários e professores. Dentre esses, destacam-se, para o aluno da PUCPR: o Serviço de Orientação ao Estudante e o Serviço de Assistência ao Estudante; Melhoria da Qualidade de Vida pela Prática de Atividades Físicas, para alunos, professores e funcionários; serviços para a qualidade de vida para professores e funcionários, e Associação de Ex-Alunos da PUCPR, para os seus egressos.

a) **O Serviço de Orientação e de Assistência ao Estudante** tem por objetivo acolher, orientar e introduzir o estudante na estrutura universitária, informando-o sobre seus direitos e deveres e auxiliando-o em sua realidade pessoal. Esse serviço envolve o atendimento ao estudante, à sua família e a professores, sobre assuntos pessoais e acadêmicos, de modo que ele possa tirar melhor proveito de sua experiência universitária e realizar-se como pessoa, condições básicas na formação de sua cidadania. Para tal, a PUCPR propõe-se a contribuir de forma significativa.

O estudante é visto como um ser humano importante, sujeito do seu processo de formação, necessitando para isso de equilíbrio entre todas as suas dimensões pessoais: a social, a biológica, a

econômica, a psicológica, além da acadêmica. Em seu processo de devir, ele se defronta com múltiplos desafios, que se somam ao enfrentamento de novas exigências e circunstâncias de estudo. Nessa nova etapa da vida, o estudante, muitas vezes, sente-se ameaçado pelos novos desafios, sendo necessário um apoio profissional.

Como parte dos serviços de Orientação ao Estudante, a PUCPR disponibiliza para os seus alunos assistência médica, odontológica, psicológica, fonoaudiológica, fisioterápica e religiosa. Orienta o estudante na tomada de decisão a respeito de sua opção pelo curso acadêmico, de modo a garantir seu maior aproveitamento na vida acadêmica e completar o curso que melhor o realize. Assiste-o em situação de dependência e repetência, de modo que possa reorganizar-se e reorientar a sua vida estudantil. Oferece-lhe atividades culturais, esportivas e religiosas, como condição para a sua realização plena como pessoa.

No que diz respeito à assistência ao estudante, o programa específico possibilita o atendimento às necessidades econômicas, mediante a concessão de bolsas de estudo e colocação em programas de monitoramento e estágio remunerado. Esse serviço orienta os alunos quanto aos programas e benefícios disponíveis na comunidade universitária.

A PUCPR dedica grande esforço no sentido de apoiar alunos que enfrentam dificuldades financeiras, a fim de que não venham, por esse motivo, frustrar suas aspirações de formação profissional e interromper os seus estudos. O aluno e seu sucesso estudantil são prioridade dentro da instituição. Assim, buscam-se diferentes meios para atender a suas necessidades.

b) **Melhoria da qualidade de vida pela prática de atividades físicas** consiste num programa oferecido pela divisão de Esportes da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão, mediante ações formativas, preventivas e de reabilitação, destinadas a estudantes, funcionários e professores da PUCPR. São oferecidas práticas de atividades físicas nas várias modalidades e atividades, como, por exemplo, natação,

condicionamento físico, musculação, hidroginástica, ginástica aeróbica, karatê, *tae kwon do*, dentre outras. São também desenvolvidas ações voltadas para a reabilitação física, social e funcional de pessoas com diferentes problemáticas, como, por exemplo, as cardiopatias, hipertensão, diabetes, limitações da Terceira Idade, deficiências físicas, gestação, excesso de peso, doenças funcionais, etc.

c) **A Associação de ex-alunos da PUCPR** constitui uma atividade de extensão que se situa entre a comunidade interna e externa, uma vez que, como ex-alunos, são considerados pertencentes à família da instituição. Porém, como já se encontram inseridos em suas comunidades e distanciados do dia-a-dia da universidade, poderiam ser vistos como parte da comunidade externa.

A associação busca congregar os ex-alunos oferecendo-lhes atividades culturais, recreativas e de interesse informativo que contribuem para a atualização e a formação contínua desse grupo. Busca-se em especial promover atividades de interesse geral, visando à solidariedade entre os membros, considerando a sua identidade comum de formação.

d) **As agremiações estudantis** desempenham papel importante na comunidade universitária. O Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos representam a coletividade estudantil, oferecem serviços e atividades extracurriculares, promovem eventos, organizam campanhas e outras ações de cunho comunitário. De outro lado, tais entidades permitem o diálogo dos estudantes com a universidade, o que favorece a criação de um espírito realmente comunitário.

e) **As associações de classe** devem ser igualmente consideradas. A Associação dos Professores da PUCPR – APPUC e a Associação de Funcionários da PUCPR – AFPUC garantem condições para que a universidade amplie suas ações de extensão para a comunidade dos colaboradores e dos docentes da instituição. Tais entidades fortalecem

o espírito comunitário e participativo e desempenham papel importante na conscientização de todos para o sentido e para o caráter social de nossa atuação institucional.

3.2. Ações na comunidade externa

Atenta às necessidades das populações menos favorecidas e voltada para auxiliá-las em seu processo de construção de uma vivência mais saudável, humana e produtiva, a PUCPR continuamente vem realizando inúmeros programas e projetos que objetivam promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes, desenvolvendo ações nas áreas sociais, comunitárias e ambientais.

Como exemplos de projetos nessa dimensão de extensão da PUCPR, destacam-se os seguintes: Programa de Ação Comunitária e Ambiental – PROAÇÃO, Projeto Comunitário, Projeto de Aleitamento Materno, Melhoria da Qualidade de Vida pela Prática de Atividades Físicas, Programa de Estudos da Terceira Idade, entre outros. Alguns projetos são curriculares e didáticos, como os diversos Escritórios-Modelo, a Farmácia-Escola e a Agência de Viagens.

a) **O Programa de Ação Comunitária e Ambiental - PROAÇÃO**, que se desdobra em vários projetos em municípios do litoral paranaense e da região metropolitana de Curitiba. Este programa tem como objetivos desenvolver ações de alcance comunitário nas áreas de saúde, educação, saneamento e meio ambiente, colaborando em projetos de desenvolvimento nos municípios, como condição para promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes desses municípios.

Essas ações são concentradas nos Núcleos do Programa de Ação Comunitária e Ambiental - PROAÇÃO, criado em 1998. Destacam-se as unidades de Tijucas do Sul (localizada no Distrito da Lagoa), Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais (junto ao Patronato Santo Antônio).

Nelas, são prestados atendimentos na área médico-odontológica, de enfermagem, e social, treinamento de agentes de saúde, campanhas

de imunização, orientações e encaminhamentos nas áreas sociais e jurídicas, com benefícios para a população carente. São ainda realizados outros programas de alcance comunitário em educação, saúde preventiva, saneamento e ecologia.

b) **O Projeto Comunitário** consiste numa perfeita expressão de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um projeto inserido no currículo acadêmico dos cursos universitários oferecidos pela PUCPR, que tem por objetivos:

- promover o desenvolvimento no estudante e futuro profissional, a consciência de solidariedade e compromisso com a comunidade a que pertence, mediante o conhecimento direto da realidade social;
- retroalimentar e enriquecer o conhecimento acadêmico para adequá-lo às necessidades da sociedade e estabelecer um processo de reciprocidade entre a PUCPR e a sociedade.

O Projeto Comunitário é uma modalidade de ação social. Coordena atividades interdisciplinares executadas por estudantes e seus professores, em integração com diferentes segmentos da comunidade.

Tem a finalidade de contribuir para o atendimento e solução dos problemas da sociedade paranaense e, ao mesmo tempo, formar profissionais habilidosos em suas especializações e cidadãos solidários, comprometidos com a sociedade em que vivem e com a sua transformação. Envolve os estudantes a partir do 5.º período de cada curso, na realização de pelo menos 36 horas de atividade em um projeto comunitário, de caráter interdisciplinar. Essas atividades oferecem uma valiosa oportunidade de produção de conhecimento e prática pedagógica, embora não sejam e não devam ser tratadas como os conteúdos das disciplinas e sua aplicação.

c) **O Projeto de Aleitamento Materno (PALMA)** assenta-se no princípio básico de valorização da vida desde o nascimento da

criança e os cuidados que se deve promover para que se desenvolva com saúde, bem-estar e qualidade de vida. O projeto tem por objetivo contribuir para diminuir a mortalidade infantil por meio da amamentação exclusiva do bebê até o sexto mês, e continuada até os dois anos de idade.

O projeto adota várias estratégias, como, por exemplo, investigação em torno da problemática de amamentação, formação de multiplicadores em aleitamento materno, conscientização e capacitação de mães sobre a importância do aleitamento materno. Além disso, promove cursos para acadêmicos e profissionais, visando à disseminação de conhecimentos necessários ao trabalho nessa área. A divulgação de campanhas e de conhecimentos tem sido também uma prioridade desse projeto.

d) **Melhoria da Qualidade de Vida pela Prática de Atividades Físicas** consiste num programa oferecido pela divisão de Esportes da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão. Apóia-se em ações formativas, preventivas e de reabilitação que, além de serem destinadas à comunidade interna da PUCPR, são abertas à comunidade externa, mediante os mesmos programas e estratégias.

Neste Programa são oferecidas práticas de atividades físicas nas várias modalidades e atividades, como, por exemplo, natação, condicionamento físico, musculação, hidroginástica, ginástica aeróbica, karatê, *tae kwon do*, dentre outras. São desenvolvidas ações voltadas para a reabilitação física, social e funcional de pessoas com diferentes problemáticas, como as cardiopatias, hipertensão, diabetes, limitações da terceira idade, deficiências físicas, gestação, excesso de peso, doenças funcionais, etc.

Além disso, acrescentam-se alguns programas especiais específicos, como o Projeto Catavento e o Projeto Piá, que dão oportunidade à prática de atividades físicas, sociais e desportivas a crianças carentes; o Projeto de Ginástica Laboral, desenvolvido no Hospital N. S. da Luz e Hospital Santa Casa de Misericórdia; o Projeto de Iniciação Desportiva para Crianças e Adolescentes, que envolve práticas de basquete, vôlei, futsal e atletismo; o Projeto de Atividades

Físicas para Pessoas Portadoras de Distúrbios Mentais, desenvolvido no Hospital N. S. da Luz.

e) **O Programa de Estudos da Terceira Idade** desenvolve atividades relacionadas com o saber, o fazer e o lazer para a população dessa faixa etária. Possibilita aos seus participantes vida ativa, convívio sociocultural estimulante e continuidade de sua aprendizagem.

Esse programa oferece inúmeras atividades, como o Clube da Melhor Idade "Vida e Solidariedade" que tem por objetivo estimular a iniciativa, autonomia e participação de pessoas da Terceira Idade em atividades de caráter sociocultural, recreativas e de lazer; o programa de pré-aposentadoria, que promove a conscientização a respeito de atitudes e medidas necessárias para a transição de um estado de vida para outro; realização de cursos diversos, com múltiplos conteúdos voltados para a problemática da terceira idade, como, por exemplo, o processo de envelhecimento, a prevenção da velhice patológica, a realização pessoal e a integração social.

Neste Programa, são desenvolvidos vários Projetos da Terceira Idade. Eles primam por criar um ambiente cordial, estimulante e receptivo que busca ajudar o idoso a redimensionar os seus projetos de vida a partir de uma perspectiva positiva e renovadora pela qual explora, de maneira criativa, os seus talentos e energia pessoal, de modo a descortinar uma nova etapa de realizações pessoais.

f) **O Programa Menor Aprendiz** atende a menores carentes na faixa etária de 16 a 18 anos e tem como objetivo prepará-los para o início do seu futuro profissional. Isso se realiza mediante atendimento biopsicossocial, atendimento pessoal e desenvolvimento de atividades de trabalho nos diversos setores da universidade, como preparação para que possam enfrentar, em melhores condições, o mercado de trabalho.

Nesse Programa, os menores recebem reforço escolar; atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterápico,

fonoaudiológico e assistência social, cursos diversos em computação, prática de escritório, material escolar, café da manhã e almoço, além de remuneração. A presença desses trinta menores na universidade é benéfica não apenas para eles que são diretamente beneficiados, mas também para a comunidade universitária que toma consciência do importante papel social que a instituição precisa desempenhar.

g) **O Programa de Educação a Distância** teve início, na PUCPR, em 1999 e vem desenvolvendo, de forma consistente e sistemática, programas de educação a distância - EAD, por meio da INTERNET-WWW e da Videoconferência. O Ambiente EUREKA de formação de Comunidades Virtuais de Aprendizagem, no seu terceiro ano de utilização, já passou dos 20.000 usuários, com centenas de salas virtuais utilizadas em cursos, disciplinas, programas de aprendizagem ou grupos de pesquisa, tanto na graduação e pós-graduação, como na extensão universitária. Destaque especial deve ser dado ao recém-inaugurado Espaço Euro Brandão, onde foi instalada a estrutura da PUCWEB.

A PUCPR tem ofertado programas de educação a distância, principalmente como forma de possibilitar ao público profissional já no mercado de trabalho e graduado, uma opção flexível de atualização profissional, ao oferecer-lhes por meios eletrônicos cursos de extensão, assim como de especialização a distância. Ao mesmo tempo, serve como importante suporte ao ensino presencial. A utilização desses novos recursos tecnológicos interativos e das metodologias inovadoras que eles geram, aliados a momentos presenciais de avaliação, propicia aos interessados uma importante modalidade educacional, compatível e consoante com a Sociedade do Conhecimento do novo século.

h) **O Escritório Modelo de Aplicação** funciona como núcleo de prestação de serviços jurídicos, nas áreas cível e penal, à população economicamente carente, mediante prática jurídica vinculada a atividades de estágio supervisionado de alunos do Curso de Direito da PUCPR. Com suas atividades realiza-se, além desse atendimento jurídico, acompanhamento social e psicológico aos clientes do

Escritório-Modelo que apresentem problemas emocionais relacionados à problemática jurídica apresentada; orientação jurídica a organizações comunitárias; atendimento em Juizados Especiais, como defensores e mediadores em contextos e ocasiões diversos. Além dessas ações, o Escritório promove a realização de cursos de extensão e aperfeiçoamento, relacionados à prática jurídica.

i) **A Aliança PUCPR-SANTA CASA** é responsável pela gestão de um grande complexo hospitalar universitário e de policlínicas, que envolve o Hospital Universitário Cajuru, Clínicas Integradas, Hospital de Caridade, Hospital Psiquiátrico e Plano de Saúde Ideal, além de várias unidades conveniadas. A partir dessas estruturas e respectivos serviços, a PUCPR promove o atendimento à comunidade da região metropolitana de Curitiba em especial, e de todo estado que aflui à capital na busca de atendimento aos seus problemas de saúde. Ao mesmo tempo, busca minorar os sofrimentos da população pela recuperação de sua saúde. Aos acadêmicos de cursos relacionados à saúde, oferece estruturas as mais modernas para a realização de seu estágio e residência e lhes proporciona ampla diversidade de áreas de atendimento.

j) **O Instituto de Prevenção e Atenção às Drogas – IPAD** de Curitiba é dirigido pela Aliança PUCPR-Santa Casa. O instituto integra equipes multidisciplinares com os objetivos de:

- oferecer atendimento especializado para pessoas e familiares que apresentem problemas devido ao uso de drogas e álcool;
- promover atividades de ensino e pesquisa na área de álcool e drogas, que sejam referência para a região e para o país;
- oferecer treinamento e desenvolvimento para profissionais e para a comunidade sobre o tema álcool e drogas.

3.3. Ações externas ao *campus*

A extensão universitária também compreende a realização de atividades em comunidades distantes do *campus* central da

universidade, e carentes de serviços ao nível daqueles oferecidos pela PUCPR. Essa prática consiste na regionalização e interiorização da universidade, pela organização de experiências e vivências dos estudantes em locais distantes dos grandes centros, de modo a promover dois objetivos concomitantes: contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades e o atendimento de suas necessidades, e incluir os alunos em situações envolventes na resolução efetiva de problemas que as necessidades apresentadas demandam.

É importante ressaltar a história da vocação comunitária extensionista da PUCPR, que, em 1978, deu início a um trabalho de ação social junto à população ilhada e isolada das baías de Paranaguá e de Guaraqueçaba. O Projeto Litoral realizou-se mediante serviços de extensão, em acordo com sua filosofia de atendimento social a comunidades carentes.

Este programa, custeado por recursos próprios da PUCPR e algum apoio governamental e de entidades estrangeiras teve a duração de nove anos, tendo sido interrompido em 1988. A sua experiência e concepção se traduzem e se espraiam por outros projetos de caráter comunitário. Atualmente, ele tem continuidade em Guaraqueçaba, Paranaguá e Guaratuba.

Tais ações estão intimamente associadas aos objetivos de contribuir para a elevação do padrão de vida social, cultural, econômico, intelectual e espiritual da população distante dos centros em que essas condições são mais favoráveis. Concomitantemente, visa dar aos acadêmicos da PUCPR a oportunidade de se relacionarem com essas populações, de modo que possam não apenas aplicar, em realidades concretas, conhecimentos teóricos adquiridos nos seus respectivos cursos, como também desenvolver compreensão objetiva da problemática de diferentes grupos socioeconômico-culturais. Com essas ações, o aluno adquire a necessária atitude de abertura para o trabalho com essas populações.

A PUCPR vem mantendo unidades de ação em várias comunidades do litoral do Estado do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba, todas com o espírito da descentralização e do esforço por interiorizar o seu capital intelectual e estabelecer vínculos com outras

realidades sociais. Nessas unidades, tem realizado vários programas de ação comunitária e extensionista, dentre as quais se destacam:

a) **O Centro de Produção e Propagação de Organismos Marinhos** – CPPOM – desenvolve atividades de extensão na área de Aqüicultura e Maricultura no litoral paranaense, em parceria com a Prefeitura Municipal de Guaratuba. Por meio deste Centro, são realizados pesquisas e programas educativos nessa área.

b) **O Centro de Triagem de Animais Silvestres** – CETAS – desenvolve atividades de conservação da natureza, no auxílio da saúde animal, aspectos biológicos e reintrodução dos animais à natureza. Também realiza o Projeto *Vivat Floresta* Sistemas Ecológicos, em parceria com a Instituição Filantrópica Sergius Erdelyi, que tem por objetivo regenerar e preservar permanentemente a fauna e a flora silvestres, assim como formar um cinturão de florestas no sul da região metropolitana de Curitiba.

Com este Projeto, pretende-se criar alternativas de turismo ecológico e de lazer para a população urbana. Como parte de suas ações, desenvolve pesquisas da flora e fauna dos municípios envolvidos, organiza atividades educativas para a população residente e turistas, com vistas à preservação do meio ambiente.

c) **O Programa Ensino Nota 10**, atualmente, é realizado nos municípios do litoral, em parceria com suas Prefeituras Municipais, por meio de suas Secretarias de Educação e do Banco Itaú. Por meio dele, a PUCPR promove, desde 1992, a capacitação de profissionais da educação dos municípios envolvidos, com base no compromisso das Secretarias de Educação, como contrapartida e reciprocidade, de promover a democratização da gestão da escola e a participação das comunidades nessa gestão. Promove também um programa amplo de valorização e capacitação dos profissionais da educação.

Trata-se de um programa que objetiva contribuir para o desenvolvimento do ensino fundamental municipal, como uma força viva de promoção do desenvolvimento comunitário, apoiada na aglutinação em torno da escola e construção da autonomia e competência escolar. É desenvolvida uma proposta de capacitação profissional orientada para a transformação da prática dos profissionais envolvidos, em íntima associação e orientação para a melhoria do rendimento escolar dos seus alunos e sua formação.

É importante ressaltar que esse conjunto de programas oferece aos alunos da PUCPR a oportunidade de realizarem estágio voluntário curricular ou extracurricular em comunidades diferenciadas, pelo qual desenvolvem conhecimentos e habilidades relacionadas às práticas de colaboração com o desenvolvimento dessas comunidades. Dessa forma, enriquecem o seu currículo escolar, solidificam a sua formação para a cidadania e ampliam a visão do seu campo de trabalho, ao mesmo tempo em que contribuem de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida e a produtividade das pessoas e organizações que se encontram afastadas do círculo principal de produção e desenvolvimento socioeconômico-cultural.

4. Formação cultural

Esta dimensão envolve a realização de atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural da sociedade, assim como dos alunos universitários. Por meio dela, promove-se a sistematização e disseminação dos bens culturais artísticos da humanidade, e da comunidade mais próxima, em todos os seus desdobramentos: teatro, música, pintura, literatura. Com essas atividades, promove-se também a complementaridade da formação humana, em uma dimensão extraordinariamente importante para a formação plena das pessoas e das sociedades: o desenvolvimento de sua sensibilidade e a consciência dos valores culturais que a permeiam e vivificam.

a) As atividades culturais são coordenadas pela Divisão de Assuntos Culturais, que tem por objetivo abrir espaço para as

manifestações culturais e viabilizar o intercâmbio dessa área entre pessoas da comunidade, da universidade e de outros grupos. Freqüentemente são promovidos cursos, apresentadas peças de teatro e realizados eventos institucionais e exposições, como, por exemplo, o Concurso de Idéias, a Mostra Anual de Design, o Salão Nacional de Arte Religiosa, dentre outras atividades.

b) A PUCPR mantém programação regular em espaços especiais privilegiados, como a Sala O Aleijadinho, destinadas a realizar exposições artísticas e acadêmicas; o Espaço Cultural da Biblioteca Central, destinado a realizar exposições de novos valores artísticos, trabalhos acadêmicos e exposições dos mais diversos países, com a participação dos respectivos consulados.

c) **O Museu Universitário da PUCPR**, situado em prédio histórico do *campus*, mantém um acervo de obras de arte doadas por artistas ou adquiridas pela universidade e realiza freqüentes exposições, de modo a oferecer à sociedade oportunidades raras de conhecimento artístico. Deve-se destacar, ainda, o recém-inaugurado Museu Sergius Erdelyi, localizado no município de Tijucas do Sul (Distrito da Lagoa, junto ao ProAção).

d) **O TUCA – Teatro da PUCPR**, localizado no *campus* Curitiba e o Teatro Leopoldo Scherner, no *campus* São José dos Pinhais, têm por objetivo integrar a universidade aos grandes eventos culturais realizados na região metropolitana de Curitiba, com espetáculos de dança, teatro, coral, música instrumental, congressos, formaturas, simpósios, conferências, palestras e eventos solicitados por professores, alunos ou público externo em geral.

e) **O Grupo de Teatro Tanahora** propicia ao aluno da PUCPR, em seu período acadêmico, contacto e vivência com as artes cênicas mediante estudos teóricos de dramaturgia e práticos, com exercícios

de improvisação e interpretação. Tais atividades têm a sua culminância com a apresentação de encenações para a comunidade. Dessas atividades têm emergido artistas de destaque estadual e nacional.

f) **O Coral Champagnat** tem como objetivo divulgar a arte do canto coral. Proporciona o enriquecimento cultural da comunidade ao dar a oportunidade do reconhecimento de estilos de interpretação utilizados nas diferentes épocas da história da música. O Coral faz apresentações fora de Curitiba, para atender convites de instituições de ensino e Prefeituras Municipais.

g) **A Orquestra de Câmara da PUCPR** tem uma formação inédita no Paraná e é composta por jovens músicos conceituados em nosso estado. Por sua proposta cultural e artística, desenvolve projetos musicais da universidade em realização de concertos de divulgação da música clássica e popular em platéias diversas. Um de seus objetivos é a promoção da inovação artística.

h) **O Museu Memorial da PUCPR** contribui para a guarda e preservação de documentos históricos da instituição. Tem em mente a manutenção e disseminação da memória viva dos passos da universidade em seu empenho por contribuir para o desenvolvimento da sociedade paranaense. Um grande acervo documental devidamente catalogado constitui material rico a testemunhar essa contribuição.

5. Prestação de serviços

O conjunto das atividades de prestação de serviços consiste em tornar disponível ao setor produtivo o acervo científico e tecnológico da universidade e a sua capacidade intelectual, para a resolução de problemas, criação e aprimoramento de produtos e serviços. A relação das universidades com o setor produtivo, por meio de atividades de extensão, estabelece-se notadamente em relação a problemas tecnológicos da área de produção. Pelo envolvimento conjunto de

professores e alunos em tais programas, são desenvolvidos novos produtos, resolvidos problemas e realizados serviços que constituem oportunidades de valor extraordinário para todos os envolvidos.

Apenas como exemplo desses serviços, são citados o Laboratório Olympikus e o Núcleo de Engenharia Ambiental. Muitos outros poderiam ser referidos nas diversas áreas de atuação da Universidade:

a) O **Laboratório Olympikus**, cujo objetivo é o de identificar problemas e fornecer soluções para a alta maturidade em processos de inovação tecnológica das organizações de clientes. O Laboratório é resultado de uma parceria entre a Siemens e a PUCPR, com base nos inventivos da Lei de Informática. A equipe do Laboratório é formada por engenheiros, pesquisadores, consultores, doutorandos, mestrandos e estagiários da universidade, que se dedicam a desenvolver projetos com a utilização da tecnologia de desenvolvimento de sistemas AGIR – Ambiente de Gestão da Inteligência da Realidade. Algumas áreas de sua atuação são: Modelagem de Processos de Negócio, Simulação de Processos de Negócio, Automação de Processos de Negócio, Avaliação de Processos de Desenvolvimento de Sistemas, Capacitação em Tecnologia de Processos, Pesquisa em Engenharia de Software, dentre outras.

b) O **Núcleo de Engenharia Ambiental** que atua na área de engenharia ambiental e saneamento. Realiza pesquisas e presta serviços na área, com o objetivo de contribuir, pela prática interdisciplinar e abordagem sistêmica, para a solução dos problemas de saneamento básico e ambiental.

6. Pastoral da Universidade

Como Universidade católica e marista, a PUCPR tem a preocupação constante com a formação espiritual integral dos seus alunos e a vivência dos preceitos e princípios cristãos, que devem estar presentes e manifestos em todas as ações cultivadas na universidade. Entende-se que para essa formação e vivência é

fundamental apoio e orientação específicos, de modo que se disseminem e desenvolvam ensinamentos e mensagens cristãos.

A Pastoral da Universidade coordena e anima as iniciativas religiosas e pastorais da e na PUCPR e entidades a ela vinculadas, mediante ações evangelizadoras nos campos da Espiritualidade e Liturgia, da Cultura e Religião, de forma coerente com as orientações da Igreja e a proposta institucional. O desenvolvimento do espírito cristão, a compreensão de seus fundamentos e a vivência de sua prática são estimulados. A Pastoral da Universidade dedica-se, portanto, a propiciar a oportunidade de assimilação da doutrina cristã, da integração da vida com a fé, bem como da conscientização da responsabilidade de todos perante os que sofrem.

7. LUMEN – Centro de Comunicação

O LUMEN – Centro de Comunicação é um organismo de integração dos veículos de comunicação da Associação Paranaense de Cultura e de outras fundações. Tem por missão integrar, coordenar e dinamizar as áreas de comunicação da mantenedora e suas associadas, em sintonia com a missão da PUCPR e outras unidades, em vista de difundir a informação, o conhecimento e a cultura, e promover a formação integral e permanente de cidadãos e profissionais comprometidos com o progresso da sociedade, em acordo com os princípios éticos, cristãos e maristas.

Essa missão é realizada com a participação da Produtora de Vídeo PUCPR, Repetidora da Rede Vida de Televisão, Jornal Voz do Paraná, Editora e Gráfica Universitária Champagnat, Rádio Paraná, Rádio Clube Paranaense, Rádio Lumen FM Educativa e TV Lumen Educativa. Esses veículos põem ao alcance da comunidade, de modo sistemático e contínuo, o patrimônio cultural, científico e educacional da universidade e contribuem com a disseminação dos bens culturais e espirituais que detém e defende.

O Lúmen, além disso, dissemina o que há de melhor na sociedade, assim como, põe em relevância para análise e discussão os seus problemas, como forma de sensibilização para a sua solução.

Por este trabalho, desenvolve diretamente o proposto no art. 43, inciso VII, da Lei 9.394/96, que determina como uma das finalidades do ensino superior a "... difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição".

“Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes, a arte de viver”.

(Bertold Brecht)

Grupo de Tatro Tanahora da PUCPR

Apresentação da peça “Fêmina” de Marta Moraes da Costa

Foto: João Gilberto Viana Borges

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

É generalizada na literatura específica sobre extensão universitária a afirmação de que essa função não tem realizado as suas promessas e que suas atividades ficam muito aquém do prometido. Diz-se que há muito mais discurso falacioso do que ação efetiva com resultados significativos. As limitações anteriormente apontadas sobre a extensão exemplificariam a existência deste problema.

A esse respeito é possível sugerir que, em boa parte, essas dificuldades ocorram por motivos diversos distribuídos em variadas instituições. Como exemplo, pode-se citar: falta de compromisso social efetivo dos representantes universitários, a falta de recursos para sustentar essas funções e respectiva falta de habilidade e predisposição em gerar recursos por meio de convênios e parcerias, dentre outros aspectos.

No entanto, é possível afirmar que a falta de mecanismos de monitoramento e avaliação, associados ao planejamento das atividades dessa função constitui um aspecto significativo de limitação dos seus resultados. Boas propostas, boas idéias e intenções não contam em si mesmas e sim as contribuições e transformações que promovem.

A PUCPR, voltada para estabelecer estreita relação entre objetivos e ações, identifica, como condição para que essas atividades sejam realizadas de maneira consistente, com clareza de propósitos e aproveitamento adequado das circunstâncias e condições favoráveis ao seu desenvolvimento, a introdução nos programas e projetos de extensão e de estratégias e mecanismos de monitoramento e de avaliação. Esses mecanismos permitem que sejam acompanhados, passo a passo, os desdobramentos dos seus processos e respectivos resultados.

Todo projeto deve ter incorporado um conjunto de técnicas e procedimentos de monitoramento da sua execução e dos resultados, de modo a não apenas garantir a sua execução no tempo, forma e condições planejadas e com os recursos previstos, mas, também, a

identificar a necessidade de medidas corretivas durante o processo. Sobretudo, deve-se verificar durante o processo todo, a associação do proposto e do realizado com os resultados promovidos. Por esse procedimento, não apenas se garante a maior efetividade das ações de extensão, como também se promove a construção de conhecimentos sobre a sua prática, condição fundamental para formar o acervo de conhecimentos específicos sobre a extensão universitária.

Ao prever estratégias de monitoramento e avaliação são possibilitadas não só a sua contínua adaptação a situações novas e desconhecidas na fase de sua elaboração, como também o registro, análise e controle de seus procedimentos e respectivos resultados. Em vista disso, devem ser previstos instrumentos de registro de processos e resultados que venham sendo desenvolvidos e obtidos no decurso de sua realização.

Monitoramento é a atividade sistemática e regular que objetiva determinar se a implantação e implementação de um programa ou projeto são realizadas de acordo com o planejado. Portanto, constitui o componente fundamental de sua gestão.

Sem monitoramento, as ações deixam de ser acompanhadas e controladas, perdendo-se, dessa forma, a garantia de se melhorar a relação custo-benefício, como também a oportunidade de construção do conhecimento gerado pela ação, de que a atividade de extensão universitária é tão carente. Sem o monitoramento de projeto, não se pratica a sua gestão, uma vez que essa é uma de suas principais finalidades. Ele "consiste na obtenção de informações sobre o andamento do projeto, comparação com o plano proposto e tomada de medidas corretivas, se necessário" (CUNHA e BUGACOV, 1998, p. 290).

O monitoramento e o registro são também importantes para justificar internamente a validade e a possibilidade de manutenção da ação realizada. Permitem a prestação de contas junto à entidade mantenedora, ou aos órgãos de fiscalização do exercício da filantropia, bem como das organizações parceiras, sejam públicas ou privadas.

A avaliação, embora associada ao monitoramento, tem a sua especificidade e diz respeito ao julgamento dos resultados obtidos

por um projeto e seu impacto sobre a realidade focalizada. É importante ter em mente essa questão, a fim de se evitar cair na ilusão de que a extensão em si mesma é já um grande benefício para as comunidades nas quais as suas atividades são desenvolvidas. Não bastam também avaliações de reação, que indicam a percepção das populações envolvidas, em relação apenas aos processos desencadeados, não incluindo a identificação de resultados e o seu impacto sobre a realidade focada.

Castro (1999, p. 66) nos indica que uma das lições básicas aprendidas sobre a prática da extensão universitária, para garantir o seu sucesso "é fazer avaliações, não só no final da tarefa, mas durante o processo. As avaliações nos ajudam a sistematizar conhecimentos construídos, formular perguntas, dimensionar o impacto de nossas práticas".

São necessários registros de todos os indicadores de resultado da situação, os quais são previstos na fase de elaboração do projeto. Para tal fim, é necessário elaborar formulários específicos, nos quais se registrem os dados que possam permitir a identificação da medida em que são efetivados esses indicadores (evidência) de resultados do projeto.

Tendo em vista a complexidade da extensão universitária e as situações dinâmicas e muitas vezes conflitantes que envolvem, o monitoramento e avaliação das suas atividades não são, algumas vezes, procedimentos realizáveis de maneira fácil e simples. Em vista disso, não se pode única e exclusivamente avaliá-los a partir de critérios específicos únicos.

Em cada área e em cada dimensão das práticas de extensão, surgem múltiplos desdobramentos de atuação, daí por que ser recomendável que o monitoramento e a avaliação da extensão sejam propostos e realizados de acordo com a peculiaridade de cada contexto e de forma dinâmica, mediante uma proposta metodológica flexível e capaz de captar os desdobramentos e nuances de cada situação. Aí reside a grande riqueza e potencial de geração de compreensão da realidade envolvida e ação conseqüente sobre essa mesma realidade.

A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A implementação de um projeto sempre exige esforço especial e concentrado, uma vez que é para realizar objetivos dentro de prazos estabelecidos e com gastos e ações controlados, visando à sua maior eficiência e eficácia. Na maioria das vezes, no entanto, exige esforço maior do que o previsto, por desestabilizar, muitas vezes, práticas rotineiras, espontâneas e naturais.

Por envolver populações com experiências, perspectivas e até mesmo valores diferentes, há de se esperar que as ações de extensão provoquem, pelo menos, certa tensão, tanto por parte dos atores da universidade, como por parte dos usuários. Tal situação exige dos responsáveis pelas ações de extensão universitária uma capacidade de gestão de processos sociais, comunicação, assim como competências e habilidades especiais, sobretudo as de mediação e negociação.

Infelizmente, este tipo de dificuldade que ocorre na implantação e implementação de projetos de extensão não é comumente considerado, em vista do que os implementadores não se preparam devidamente para enfrentar a situação. Algumas vezes, também, face ao enfrentamento dos naturais empecilhos e dificuldades, o entusiasmo da fase de elaboração do projeto diminui, e o comprometimento com sua execução fica prejudicado, o que resulta em hesitações e perda de ritmo.

Outros problemas comuns são as situações inesperadas que, certamente surgem, com maior ou menor impacto sobre a vida e vitalidade do projeto. Não se pode antecipar e prever tudo, não se pode controlar tudo, sobretudo em ambientes dinâmicos, movidos pela energia da mudança ou pela força das resistências à mudança.

Portanto, um plano de extensão não pode deixar de procurar antecipar o que possa acontecer em decorrência de suas ações, de fazer previsões e de realizar mentalmente uma atividade. Estar preparado para aceitar imprevistos e lidar com eles é uma exigência básica para implementadores de projetos de extensão. Deve-se

considerar que os projetos delineados sempre simplificam a realidade e não traduzem a complexidade das interações entre os vários elementos que envolvem.

Atenção, perspicácia e flexibilidade e, sobretudo sensibilidade para as reações provocadas, são condições importantes para o gestor de projetos nesta fase, a fim de que possa orientar adequadamente o seu processo, enfrentar os imprevistos surgidos que, em geral, têm um forte componente comportamental. Saber lidar com suas manifestações comuns, como, por exemplo, tensão, conflito de interesse, reatividade, divergências de opinião, dificuldade de comunicação, é fundamental.

A preparação do gestor de projetos de extensão para desenvolver essas habilidades deve, portanto, ser buscada: como se comunicar eficazmente, como motivar pessoas, como discernir entre comportamentos diferentes, como contornar comportamentos reativos, como administrar jogos de poder e articular interesses diferenciados. Mediante esse processo, professores e alunos envolvidos em atividades de extensão têm uma oportunidade ímpar de desenvolver importantes conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o sucesso profissional e de cidadania.

A liderança e a coordenação imprescindíveis para aproveitar forças e contornar fraquezas, bem como o emprego de influência sobre pessoas e situações, são muitas vezes imprescindíveis para que se promova a mobilização proposta. Por isso, algumas perguntas fundamentais devem ser freqüentemente apresentadas, de modo a se obter o envolvimento de todos:

- Quem são os atores diretos e indiretos?
- Quais são seus talentos?
- Qual seu nível de comprometimento?
- Quem atua como elementos intervenientes?
- Qual a inter-relação e articulação entre eles?
- Como se envolveram no processo?

Algumas medidas e cuidados são básicos na fase de implementação das ações de extensão, para que se contornem suas naturais dificuldades: 1) análise e reconhecimento de benefícios; 2) adoção de atitude proativa e sensível; 3) comunicação contínua com os atores e formação de equipe; 4) adoção de abordagem interativa e de reciprocidade; 5) articulação e manejo de forças de poder.

Essas dificuldades são a seguir descritas.

1) Análise e reconhecimento de benefícios

Quando o projeto de extensão não é produzido com a participação de líderes e representantes significativos de cada um dos segmentos envolvidos, pode representar ameaças diversas. Na perspectiva da universidade, pode representar arriscar a imagem já formada e estabelecida, perder espaço e autoridade, sofrer sobrecarga de trabalho. Do ponto de vista de quem recebe os serviços, pode representar uma intromissão indesejável ou até mesmo um sentimento de menos valor, tendo em vista estar sujeito a receber uma contribuição externa.

Estes fatores por si só provocam a resistência de pessoas a envolver-se no processo. O próprio gestor do projeto pode sofrer desse mal, em conseqüência de que sua atuação se torna prejudicada e sem ímpeto, determinação e convicção, e assim contribuir para o fracasso de bons projetos de extensão.

Em contraposição a essa resistência que, via de regra, é estabelecida por uma visão limitada, de curto alcance e até mesmo distorcida do processo, é importante que sejam evidenciados os benefícios que podem ser auferidos, de lado a lado (universidade e sociedade). É importante, portanto, examinar: além dos objetivos específicos do projeto, que outros resultados a médio e longo prazo podem ser obtidos? Como os resultados podem beneficiar os implementadores e os seus clientes, a médio e longo prazo? Quais são as vantagens para todos e cada um dos envolvidos, implantando e implementando o projeto e quais as desvantagens não o fazendo?

2) Adoção de atitude proativa e sensível

Diante de dificuldades e empecilhos na implementação de projetos de extensão – que certamente ocorrerão com maior ou menor intensidade – é necessário evitar a atitude hesitante a respeito da possibilidade da sua execução e muito menos ainda, a respeito da sua necessidade. É fundamental, para tanto, que os problemas surgidos sejam considerados como desafios a serem vencidos com determinação. A situação nova, diferenciada e muitas vezes marcada por profundas carências, deve contar com uma grande determinação e espírito elevado, de maneira a focalizar oportunidades onde elas existirem, por menores que sejam. Ao mesmo tempo, esta proatividade deve estar associada a uma grande sensibilidade com relação aos valores inerentes aos grupos com os quais se vai trabalhar.

3) Comunicação contínua com os atores e formação de equipe

A perda de contato e o sentimento de isolamento são elementos perigosos para minar a vontade dos atores em se empenhar pelos bons resultados dos projetos de extensão. Por isso, recomenda-se que esses projetos sejam formulados e implementados a partir da formação de equipe. Esse cuidado deve ser associado à constituição de equipes interdisciplinares, de modo que os projetos sejam os mais consistentes possíveis. É importante que sejam realizadas reuniões contínuas e que nelas sejam levantadas as opiniões, expectativas e visões dos atores a respeito do processo. Este cuidado, vale lembrar, contribui muito para o monitoramento e avaliação do processo.

4) Adoção de abordagem interativa e de reciprocidade

Mediante processo de comunicação contínua e de dupla-mão, garante-se a interatividade entre os membros da equipe e a coordenação do projeto. Essa comunicação serve como condição motivadora e promotora da continuidade de mobilização de esforços na sua implementação. Tal interatividade deve ser não apenas interpessoal, entre os diferentes atores do processo (professores-alunos-usuários), mas também de diferentes aspectos, características e dimensões do

processo (teoria – prática, universidade/curso – sociedade, ensino – pesquisa – extensão, etc.).

5) Articulação e manejo de forças de poder

Todo projeto mexe com nichos de poder estabelecidos e forças de influência exercidas para mantê-los ou até mesmo aumentá-los. Lidar com esses elementos demanda atenção, perspicácia e sensibilidade dos responsáveis pelo projeto. Tal esforço deve ser orientado pela visão de poder, pela competência que constrói autoridade, em superação ao poder de *status*, posição, título, relacionamento, antigüidade ou precedência.

Cabe lembrar, a propósito desta questão, a possível ocorrência de interesses pessoais espúrios na intenção de realizar projetos de extensão, como, por exemplo, ganhar notoriedade, usando a extensão como vitrine profissional, "mostrar serviço", ou tirar qualquer outro proveito pessoal. Estar atento a situações como estas é fundamental, pois tais objetivos subjacentes derrotariam os legítimos objetivos da extensão.

"Novos projetos precisam ser traduzidos em realidade", conforme proposto por Hammer e Champy (1994, p. 176), uma vez que de nada adiantam as boas idéias, se não forem transformadas em ação. Para tanto, é necessário que não haja solução de continuidade entre os momentos de elaboração, implantação e o momento de implementação.

Observa-se que, se a elaboração do projeto é realizada de forma participativa, já tem início, nesse momento, uma concentração de energia e predisposição para a sua viabilização, e algumas medidas de mudança já são tomadas, motivadas pela sinergia produzida por essa participação. Isto é, já são iniciadas, informalmente, ações preparadoras do caminho para a execução do projeto.

O processo cíclico de elaboração / implantação / implementação de projetos de extensão universitária estabelece um movimento contínuo necessário à orientação e acompanhamento do mundo de mudanças em que se vive e na qual a universidade se encontra. Ao mesmo tempo, conduz a universidade a construir uma nova cultura,

em substituição a antigas práticas de distanciamento da realidade e falta de compromisso com a intervenção sobre ela.

Os projetos de extensão da PUCPR são propostos para serem implementados baseados em um forte compromisso das pessoas envolvidas com a contribuição para tornar, em sua dimensão de ação, o mundo melhor. Em decorrência, cabe-lhes a responsabilidade por estimular, orientar e mobilizar talentos e energia, assim como monitorar e avaliar a implementação do projeto.

Para que os projetos sejam implementados de forma satisfatória, torna-se necessário que sejam considerados, em sua fase de planejamento, os fatores e condições que podem atuar como cerceadores e limitadores de sua implementação, que podem ser técnicos ou políticos, observando-se:

1.º momento – quando o *timing* do projeto não é adequado, não consegue promover mobilização para envolvimento no mesmo.

2.º custo-benefício – projetos perdulários ou sem previsão de recursos mínimos desconcertam e enfraquecem a mobilização para transformar a realidade.

3.º risco-recompensa – apenas a prática do "ganha-ganha" é capaz de manter o entusiasmo na implementação de projetos. Quando professores e alunos sentem que ganha a universidade ou a comunidade e eles perdem, o projeto que estão executando fica fadado ao fracasso. Nesse caso, todos saem perdendo.

Cabe aqui um alerta para o risco não incomum em instituições universitárias de muitos projetos mobilizarem entusiasmo e energia em sua fase de elaboração, não chegando a sair do papel, ou serem abandonados em meio à sua implementação. Nesses casos, teria sido melhor, quem sabe, que não fossem elaborados, pois evitar-se-ia grande desperdício de horas de trabalho, de energia e talento e, sobretudo, a perda de credibilidade em relação à intervenção proposta e frustração das expectativas.

É necessário que se compreenda por que tais situações ocorrem. Levantam-se algumas hipóteses, como, por exemplo:

- falta de modelo teórico direcionador da configuração do problema e de seus objetivos e estratégias, de modo a compreendê-lo com clareza e objetividade;
- falta de visão objetiva das possibilidades e condições de sua implementação;
- falha de planejamento, por falta de previsão de imprevistos e dificuldades, associada à rigidez e caráter detalhista do projeto (falta de flexibilidade);
- realização do planejamento sem firme compromisso em implementá-lo, resultando em simples documento formal;
- falta de determinação dos seus implementadores em enfrentar as dificuldades quase sempre muito grandes e desafiadoras que se apresentam no caminho da implementação de ações de extensão;
- falta de habilidade política dos responsáveis pelo projeto em negociar as condições necessárias para sua implementação, bem como em convencer pessoas e mantê-las comprometidas na implementação.

Para que os projetos de extensão sejam conduzidos à sua realização plena, com amplos resultados, devem levar em consideração os condicionamentos que estabelecem limites ou entraves operacionais e que são de ordem política, econômica, sociológica, psicológica e administrativa. Levar em conta os princípios condicionantes e a capacidade de superá-los ou contorná-los é condição para que, com o projeto, não se estabeleçam expectativas infundadas, oportunidades de decepção e de fracasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na relação com a sociedade, da qual faz parte, que a universidade se constrói como entidade social, ao mesmo tempo em que exerce o papel social que lhe compete.

Não se pode esperar que a riqueza de possibilidades de realização desse papel se esgote ou se restrinja a um corpo de leis, de atos normativos, nem mesmo em documentos de caráter mais amplo e aberto, como o que ora se apresenta. Toda e qualquer ação universitária, para ser efetiva, deve ser realizada considerando o resgate da vocação universitária em busca de se construir uma identidade cada vez mais sólida, clara e significativa por sua vinculação com a realidade da qual faz parte.

A extensão consiste numa importante expressão desse processo. Na PUCPR, ela recebe atenção e cuidados próprios, dada a vocação comunitária e cristã desta instituição. As experiências apresentadas neste documento exemplificam uma série de outras atividades que se encontram já sistematizadas e outras que estão em processo de desenvolvimento inicial. O fato é que a PUCPR, procurando promover ensino de qualidade para seus alunos, perpassa todos os seus cursos com programas e projetos voltados para a construção de sólidas experiências de vinculação com a realidade, condição para a formação competente e compromissada com a prática da cidadania.

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, S. *Pesquisa alienada e ensino alienante*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BRANDÃO, E. *Filosofia e identidade da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*: aula de abertura do curso de formação de dirigentes da PUCPR. Curitiba: PUCPR, 1992.

CASTRO, M. C. G. de et al. Extensão universitária e sua relação com ensino e pesquisa – a experiência da PUC Minas. In: *Políticas e ações de extensão universitária para a promoção dos direitos da infância e da adolescência*: Relatório do Encontro Anual de Universidades, Belo Horizonte: PUC Minas, 1999, p. 63 – 66.

CUNHA, J. C. da; BULGACOV, S. Gerência da execução de projetos. In: CLEMENTE, A. (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 1998.

DAVIS, S; DAVIDSON, B. *Visão 2000 – administrando a sua empresa hoje para vencer amanhã*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

DEMO, P. Política social e política educacional: pesquisa da e intervenção na realidade. In: *Educação brasileira*. Revista do CRUB, ano 2, n.º 4, 1.º sem. 1980, p. 13 – 30.

DRUCKER, P. *Administrando para o futuro:* os anos noventa e a virada do século. São Paulo: Pioneira, 1992.

DURHAM. E. A universidade e as demandas da sociedade. In: *Educação Brasileira*. Revista do CRUB, ano VIII, n.º 17, p. 23 - 42, 2.º sem. 1986.

ENCONTRO NACIONAL DE UNIVERSIDADES. *Políticas e ações de extensão universitária para a promoção dos direitos da infância e da adolescência:* relatório. Belo Horizonte: PUC - Minas, 1999.

FAGUNDES, J. A função social da universidade medida pela extensão. In: *Educação Brasileira*. Revista do CRUB, ano VIII, n.º 17, p. 103 - 111, 2.º sem. 1986.

HAMMER, M. e CHAMPY, J. *Reengenharia revolucionando a empresa*. 18. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

HARMAN, W; HORMANN, J. *O trabalho criativo*. São Paulo: Cultrix, 1992.

HUTCHINS, R. M. *The higher education in America*. New Haven: Yale University Press, 1965.

JULIATTO, C. I. *A Universidade Católica:* Projeto Identidade PUCPR. Brusque, 26-28/10/2001, texto.

KERLINGER, F. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: EPU, 1980.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEITE, L. C. M. Programas para uma nova universidade: como, por quê, para quem? In *Educação brasileira*. Revista do CRUB, ano VIII, n.º 19, p. 101 – 112, 2.º sem. 1987.

MONREAL, E. N. *La universidad latinoamericana y el problema social***.** México: Universidad Autonoma de México, 1978.

PEREIRA, I. A universidade ainda em busca de novos rumos. In: *Educação brasileira*. Revista do CRUB, ano XI, n.º 22, p. 289 - 298, 1.º sem. 1989.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. *Diretrizes para o ensino de graduação:* o projeto pedagógico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: Champagnat, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. *Regimento Geral PUCPR*. Curitiba: CONSUN, 2000.

PYENSON, L e PYENSON, S. S. *Servants of nature:* a history of scientific institutions, enterprises and sensibilities. New York: Norton, 1999.

REIS, R. H. dos. Conceituação de extensão universitária. In: *I Seminário de Extensão Universitária da Região Sul.* Curitiba: Educa, 1983, p. 26 – 37.

SAVI, H. Relação pesquisa e extensão. In: *Educação Brasileira*. Revista do CRUB, ano VIII, n.º 18, p. 179-181, 1987.

SOUZA, R. P. de. Problemática atual da extensão universitária no âmbito das instituições de ensino superior. In: *I Seminário de Extensão Universitária da Região Sul.* Curitiba: Educa, 1983, p. 53 – 65.

THOMPSON, K; FOGEL, B. R. *Higher education and social change:* promising experiments in developing countries. New York: Praeger Publishers, 1976.

Impresso na Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - CEP 80215-901
Cx. Postal 16.210 - CEP 81611-970 - Telefone: (41) 3271-1769 - Fax: (41) 3271-1770
E-mail: editora.champagnat@pucpr.br Curitiba - Paraná - Brasil